



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dou as boas-vindas aos nossos convidados, que gentilmente aceitaram o convite para participar deste importante debate. Dou as boas-vindas igualmente aos Srs. Parlamentares e ao público aqui presente.

Informo que foram chamados para atuar como debatedores nesta audiência pública os seguintes convidados, a quem convido a compor a Mesa: Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, representante do Ministério da Defesa; Sr. Benhur Viana, Primeiro-Secretário e Chefe Interino da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Carlos Moura, Presidente da Agência Espacial Brasileira, neste ato também representando o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Sra. Andreia Rocha Bello de Oliveira, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União; e o Sr. Julio Hideo Shidara, Diretor-Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil.

Na audiência pública de hoje, atendendo ao Requerimento nº 81, de 2019, de autoria do Deputado Rubens Bueno, iremos debater o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara.

Parabéns, Deputado, pela iniciativa.

Parabenizo o autor do requerimento pela oportunidade do tema, ao mesmo tempo em que aproveito para agradecer a presença dos expositores e sua participação nesse importante debate.

Lembro a todos que, conforme acordado previamente com os membros deste colegiado, esta é a segunda audiência pública que realizamos para debater o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América para o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara. A primeira audiência foi realizada no dia 10 de julho último, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática desta Casa, oportunidade em que se debateu, dentre outros aspectos, os reflexos do acordo para as comunidades quilombolas que vivem no entorno do centro.



Antes de dar início às exposições, esclareço aos senhores convidados e os Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem sempre ao microfone.

Informo, ainda, que a reunião está sendo transmitida em tempo real pela Internet, bem como está sendo gravada para inserções na grade de programação da *TV Câmara*, alcançando um público bastante expressivo em todo o Brasil.

Após a exposição dos convidados, abriremos para debate com os Parlamentares inscritos. Lembro a todos que a lista de inscrições está disponível na mesa da assessoria, localizada ao lado dessa bancada. As inscrições serão encerradas ao término da exposição dos convidados, por analogia ao que prevê o art. 171 do Regimento Interno e em conformidade com o acordo de procedimentos aprovado nesta Comissão na reunião deliberativa do dia 3 de abril de 2019.

Passo a palavra ao Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, que tem até 15 minutos para a sua exposição.

Ele tem a palavra por 15 minutos, mas também acho que, a título de conhecimento de todos nós aqui, o importante neste debate é que nós aprofundemos tudo que cerca esse Acordo de Salvaguardas. Então acredito que mais uns 5 minutos de tolerância para a conclusão seriam bem-vindos. Fique à vontade.

Tem a palavra o Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR - Obrigado. Boa tarde a todos. Sr. Presidente da CREDN Deputado Eduardo Bolsonaro, cumprimentando V.Exa., cumprimento todos os integrantes da Mesa. Sras. e Srs. Deputados, em especial Deputado Rubens Bueno, que fez o requerimento para que estivéssemos hoje aqui novamente debatendo este assunto, senhoras e senhores que nos assistem pela *TV* e pela *Rádio Câmara*, senhoras e senhores da imprensa, demais ouvintes, nós estamos aqui, mais uma vez, como disse o Deputado Eduardo Bolsonaro, para debatermos um tema de extrema importância para o nosso País.

Esta é uma atividade da democracia — o debate — sobre um assunto que é de Estado, que transcende em muito nossas crenças político-partidárias, nossas crenças ideológicas. É um assunto que vai ultrapassar este e os próximos diversos Governos do País.

O que orienta esse assunto aqui é o bem comum, é o bem-estar do nosso povo. A exploração do centro de Alcântara é apenas uma parte exploração do espaço, um mercado que



vai neste ano de 2019 movimentar 350 bilhões de dólares no mundo — e eu vou deixar isso muito para o Presidente da Agência Espacial e para o Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais.

Por ser uma atividade estratégica do nosso Estado, a apreciação desse assunto, salvo melhor juízo, deve estar acima de quaisquer outras disputas que possam nos mover. A nossa sociedade, a sociedade brasileira espera deste debate que nós estejamos aqui decidindo o que é melhor para a nossa sociedade.

Nesse sentido, gostaria de me juntar a tantos quantos já escutei em diversas oportunidades nesta Casa que acham que os atrasos na tramitação e na aprovação deste acordo colocam em risco a janela de oportunidades que nós temos para nos lançar nesta empreitada.

(Segue-se exibição de imagens.)

Durante as últimas décadas, como os senhores podem ver neste eslaide, nós nos frustramos com relação ao espaço por três oportunidades, uma em cada década.

No final da década de 70 e início da década e 80 a Missão Espacial Completa Brasileira foi uma frustração. Nós não conseguimos fazer a nossa inserção nesse mercado através dessa missão. Na década de 80 nós tivemos mais um pico de esperança com o Veículo Lançador de Satélites e mais uma vez nós perdemos a oportunidade de nos inserir nesse mercado. Na década de 2000, a partir de 2003, nós tivemos mais uma iniciativa com o Alcântara Cyclone Space, um acordo binacional entre o Brasil e a Ucrânia. Mais uma vez nós nos frustramos e nós não fomos capazes de lançar qualquer veículo, qualquer artefato em órbita.

Nós estamos, neste momento, em uma outra janela de oportunidade, que será muito bem abordada aqui pelo Carlos Moura, o Presidente da Agência Espacial Brasileira, e pelo Shidara, representante da nossa indústria. E eu gostaria que nós não perdêssemos essa nova janela. E essa janela é aberta com a aprovação deste Acordo de Salvaguardas. Sem esse acordo aprovado nós não precisamos aqui discutir os próximos passos.

No requerimento do Deputado Rubens Bueno ficou claro o enfoque no custo-benefício, nas oportunidades econômicas e sociais que a nossa inserção, com Alcântara, no mercado de lançamento de foguetes e satélites pode nos proporcionar. Nós podemos discutir números — quantos por cento nós achamos que seremos capazes? Desses 350 bilhões de dólares ou dos recursos de lançamento, quanto nós achamos que seremos capazes? Essa é uma previsão, é



olhar para o futuro baseado em algumas premissas e estabelecer quantos por centro nós, como Nação, seremos capazes.

Mas eu posso garantir aos senhores que apenas 1 número hoje é verdadeiro, que é zero. Eu não sei se nós vamos entrar nesse ramo trazendo para o nosso País 150, 200 ou 300 milhões de dólares por ano com nossos lançamentos. Eu não sei qual é esse número. Nós temos premissas que nos levam a números bastante razoáveis, bastante importantes. Mas a não aprovação desse Acordo de Salvaguardas nos levará ao que nós conseguimos nos últimos 20 anos ou nos últimos 40 anos, que é nada.

Eu trago aqui uma visão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias — no mesmo dia 10 de julho eu pude debater lá —, de dois secretários do Governo do Maranhão, o Francisco Gonçalves e o Davi de Araujo Telles, que é o Secretário da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a visão de que está na hora de nós acelerarmos a tramitação desse projeto, e isso cabe aos senhores. O que nós aqui da Mesa, como convidados, podemos fazer é auxiliá-los nas suas dúvidas. Mas caberá aos senhores do Congresso Nacional a tramitação, a apreciação e, espero, a aprovação desse Acordo de Salvaguardas, que, como eu disse, é o primeiro e mais importante passo em direção a essa janela espacial.

Para relembrar, rapidamente, algumas fases anteriores, um outro acordo, que não é semelhante, que não é o mesmo acordo, foi assinado no ano de 2000 e tramitou aqui nesta Casa até 2015. O acordo que nós estamos aqui avaliando é um acordo bastante diferente, graças ao trabalho do Congresso. Permitam-me citar o Deputado Arlindo Chinaglia, que eu sempre cito, porque estava aqui durante esse período inicial. Suas observações, como o senhor bem sabe, foram consideradas neste novo texto. Logicamente nós estamos falando de um processo de negociação. Como eu já disse claramente, não é 100% do que nós queríamos e não é 100% do que queriam os Estados Unidos, mas nós negociamos e chegamos a um bom texto.

A partir de 2016, nós retiramos esse acordo daqui e passamos 2 anos e meio até que ele fosse assinado agora, no mês de março, nos Estados Unidos. Quando nós falamos de Alcântara, eu espero não ouvir daqui a 20 anos que nós temos o melhor local do mundo para se lançarem foguetes porque ele fica próximo ao Equador, que é uma economia de 30% no combustível. Nós temos que transformar o potencial de Alcântara em poder — poder econômico, poder social, poder para a população que lá está — e nós não estamos conseguindo isso, apesar de diversos



esforços. Mas eu realmente creio que nós estamos muito próximos a utilizar Alcântara como uma importante ferramenta do nosso programa espacial.

Durante todo esse período, de 1983 para cá, por diversos apoios e suportes, principalmente orçamentários, e por essas parcerias, principalmente com a Ucrânia, nós temos hoje uma ferramenta atualizada. O Centro de Alcântara está atualizado para iniciar de imediato a sua operação de lançamento. Mas a tecnologia fica obsoleta muito rápido. Por isso à janela de oportunidade não só do comércio, das possibilidades de se operar comercialmente Alcântara, mas também dos equipamentos, nós temos que estar atentos para que eles não se tornem obsoletos.

Garanto aos senhores que, imediatamente após a aprovação do Acordo de Salvaguardas, diversas outras etapas e atividades, inclusive salvaguardas sociais, como eu já discuti na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, nós colocaremos em curso.

O que é o Acordo de Salvaguardas? Ele traz compromissos mútuos entre Brasil e Estados Unidos para a proteção da tecnologia norte-americana que estiver sendo manuseada dentro do centro. Por que com os Estados Unidos? Porque 80% de toda a tecnologia embarcada dessa atividade pertence aos Estados Unidos, que investiram nessa tecnologia. Através do acordo, nós estamos dando garantias de que essa tecnologia que será manuseada por nós não cairá em mãos de terceiros não autorizados pelos Estados Unidos. Não é um acordo de transferência de tecnologia — é um acordo de não transferência, de proteção intelectual.

Eu aqui ficarei responsável pelas cláusulas contratuais. Tudo que houver no texto só tem sentido se nós observarmos a finalidade do acordo. Muitas vezes, ler cláusulas isoladamente não nos dá o objetivo principal. O objetivo principal, como está marcado, é evitar a transferência de tecnologia não autorizada.

Nós não estamos falando aqui de artefatos bélicos, não estamos falando de armamento. Nós estamos falando de um foguete lançando um artefato, que, na maioria das vezes, é um satélite — pode ser uma sonda, pode ser um laboratório, pode ser um telescópio tipo Hubble. O que nós estamos falando é de um foguete que tem tecnologia americana lançando um artefato — quase 100%, satélite — com tecnologia americana. Se nós estivermos aqui falando de um foguete que não tem essa tecnologia e de um artefato que não tem essa tecnologia, esse acordo



não se presta para isso. Não há quebra de soberania, porque nós não somos obrigados a fazer lançamentos nem de lançadores, nem de satélites com tecnologia americana.

Quando nós olhamos em volta, vemos que não somos só nós que assinamos esse tipo de acordo. Como eu disse, 80% da tecnologia nessa área é, sim, norte-americana. É por isso que a Rússia, a China, a Ucrânia, a Nova Zelândia e a Índia, por exemplo, têm acordos muito próximos aos nossos. Eu tenho aqui a maioria deles. Nós utilizamos esses acordos, principalmente o da Nova Zelândia, o mais recente e o mais completo que eles assinaram. Nós fomos buscar, nos textos desses outros acordos, ferramentas de negociação, para melhorar em muito os termos daquele acordo lá do início de 2000.

Passo aos objetivos e ao escopo. Primeiro, nós fomos para um processo de negociação. Ele não é 100% nossos interesses. Eu acho que falar em negociação dentro desta Casa é algo muito fácil, porque aqui é a Casa da negociação, onde diversos interesses são debatidos. Nós chegamos a um bom texto. Ele objetiva viabilizar o uso comercial do Centro Espacial de Alcântara por quaisquer governos ou empresas privadas que nos interessem. Dizem que nós estamos fazendo o acordo para o americano, os Estados Unidos utilizarem a base de Alcântara para lançamento — também, mas não apenas. Já estão nos procurando diversos países e diversas empresas privadas que estão querendo utilizar Alcântara. Ele serve para evitar transferência de tecnologia, como eu disse. Ele é um instrumento básico, ou seja, não vai esgotar todos os procedimentos que serão necessários para a operação de Alcântara. Como costume trazer lá do MRE, ele traz quase que um acordo do quadro. Nós teremos que ter procedimentos, seja de acesso, seja de identificação, regulados por outras normas inferiores. Ele incorpora outros instrumentos jurídicos que nós já reconhecemos, como o acordo de salvaguardas de inteligência militar, o código federal americano para comércio, e ratifica princípios do MTCR — Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. Esse ponto foi exaustivamente discutido durante a negociação. Esse tema sempre vem à baila. O Brasil aderiu, em 1995, ao MTCR. O que está aqui está em acordo com o que o Brasil já se comprometeu desde a década de 90. Não há nenhum impedimento, nenhuma cláusula que vá além dos princípios que nos fizemos aderir ao MTCR.

Muitas vezes nós batemos muito naquilo que é o acordo, mas é muito importante sabermos o que não é o acordo. Esse acordo não é a construção de uma base americana na cidade de Alcântara. Ele não é o controle do Centro Espacial de Alcântara, ou parte dele, pelos



americanos — logicamente o controle; a utilização poderá, sim, pelo Governo americano, por uma empresa privada americana ou por qualquer outro Governo com os quais nós tenhamos intenção de fazer acordos comerciais. Ele não é um acordo militar; ele não trata de transferência de tecnologia, como já enfatizei; e ele não é uma garantia de uso exclusivo pelos Estados Unidos do Centro de Lançamento de Alcântara. Como eu já disse, nós já temos sido procurados por diversos países e diversas empresas que estão aguardando, ansiosos, o momento de poder usufruir dessa joia que é o Centro de Lançamento de Alcântara.

Para encerrar, Presidente, eu gostaria de deixar aqui algumas conclusões: ele é imprescindível para que o Centro de Lançamento de Alcântara, que vai virar um centro espacial, entre nesse mercado global que, como eu disse, hoje está na casa de 350 bilhões de dólares. Ele é um passo fundamental. O Ministro Marcos Pontes tem dito que ele é o nosso passaporte para o mercado espacial. Se não tirarmos o passaporte, não adianta tentarmos o visto, não adianta comprarmos passagem, não adianta reservarmos hotel. Ele é o primeiro e mais importante passo. Então, ele será capaz de atrair investimento para área; ele vai fazer o desenvolvimento de uma cadeia produtiva, como eu tenho certeza que o Julio Shidara irá enfatizar; ele vai trazer aumento de arrecadação de impostos; e ele preserva a soberania nacional. Uma das maiores preocupações que nós tivemos foi a de remover qualquer atentado à nossa soberania, qualquer rusga à nossa capacidade de decidir sobre o território brasileiro.

Eu encerro agradecendo novamente a convocação da CREDN; o requerimento do Deputado Rubens Bueno; a presença do Deputado Hildo Rocha, Relator da matéria; e de todos os senhores Deputados que nos brindam aqui.

Boa tarde.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Agradecemos ao Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior.

Passo a palavra ao próximo orador, o Sr. Carlos Moura.

O senhor tem até 15 minutos para sua exposição.

O SR. CARLOS MOURA - Boa tarde a todos os presentes.

Sr. Deputado Eduardo Bolsonaro; Brigadeiro Baptista Junior; Secretário Benhur Viana; Sra. Andreia Rocha, Secretária do TCU; Sr. Julio Shidara, da AIAB; Srs. Deputados; demais presentes



nesta audiência, é um prazer para nós da Agência Espacial Brasileira vir aqui explicar mais uma vez alguns detalhes a respeito dessa iniciativa de trazer para o Brasil um programa espacial que esteja à altura das nossas demandas.

O nosso Ministro tem sido enfático em dizer que o nosso programa espacial precisa chegar à realidade de cada brasileiro, porque cada cidadão hoje já utiliza, de alguma forma, algum meio de aplicação espacial — televisão, comunicações, GPS —, ou seja, uma série de coisas já fazem parte da nossa realidade, fazem parte, por exemplo, da nossa segurança alimentar. A nossa agricultura é pujante, mas ela depende muito de previsões meteorológicas, de acompanhamento de safras. Então, nós entendemos que o programa espacial realmente é essencial para o Brasil, e, no caso de Alcântara, é um dos segmentos essenciais para que nós tenhamos a capacidade de lançar o que nós queremos, quando queremos, para órbita que nós queremos. É disso que nós vamos tratar.

Ressaltando aquilo que o Brigadeiro Baptista já falou, por que é importante termos um acordo desse tipo com os Estados Unidos mas não só com os Estados Unidos? Se nós voltarmos aos anos de 1995 a 2001, o Brasil já empreendeu uma iniciativa forte de fazer de Alcântara não apenas um centro de lançamento que atendesse as nossas demandas internas mas que também pudesse atender outros programas espaciais, porque, desde 1989 aproximadamente, começamos a receber visitas de empresas ou de outros países interessados em operar de Alcântara, porque eles sabiam que aquilo era um ativo muito importante para eles também. Então, foram feitas diversas iniciativas. Eu lancei aqui apenas três delas: com a empresa Orbital Sciences, com o projeto Leolink e com o Cyclone-4. Houve outras. E nós estávamos, no início do ano 2000, muito próximos de fazer lançamentos com essa empresa. Entendemos que realmente seria um mercado muito importante, só que para lançar produtos com os americanos havia essa necessidade de fazer um acordo de salvaguardas tecnológicas. Então, nessa época nós tentamos pela primeira vez assinar um acordo com os americanos. Um acordo foi assinado pelos dois Presidentes, o brasileiro e o americano, mas houve uma crítica forte do Congresso e o acordo foi rejeitado.

E qual era a situação que nós tínhamos, então, em 2001? Os usuários daquele projeto com a Orbital Sciences continuaram operando no mercado. A empresa existe, continuou lançando de



outros lugares do mundo — dos Estados Unidos e de outros lugares. E os clientes, os donos dos satélites, lançaram seus satélites e continuaram operando no mercado. E Alcântara? Como ficou?

A raiz da questão hoje é essa daí. O Brigadeiro já deixou claro: se nós não assinarmos nada, voltaremos à estaca em que estávamos em 2001. Não teremos operações comerciais e ficaremos na dependência do que nós conseguimos produzir internamente. Agora, se nós assinarmos esse acordo, quais as implicações? Primeiro, vamos ter em mente o seguinte: o Brasil, pelas dimensões que possui, precisa de aplicações em todas as principais vertentes. Nós temos uma série delas que são relacionadas à observação da Terra, coisa que nós já fazemos com quase todas as tecnologias. Nós temos uma série de outras ligadas à meteorologia, ao estudo do clima, que também fazem parte do cotidiano de todo brasileiro. Temos as questões de comunicações. Muitos de nós estão com celulares na mão, utilizam-se disso de dia e de noite. Temos as questões de posicionamento, GPS. E aqui é bom lembrar que o GPS não serve só para carros, aviões, Uber. O GPS tem uma função importante relacionada a tempo, ele é uma base de tempo, uma referência de tempo. Isso tem implicações muito sérias no nosso dia a dia, nós já somos muito dependentes desse tipo de sistema. Agora, para tudo isso funcionar, tem que haver um meio de transporte que leve lá em cima. Então, nós precisamos de acesso ao espaço. E são poucos os países que têm condições geográficas de ter acesso ao espaço. Poucos países têm essa condição. Às vezes, têm a tecnologia para fazer o seu foguete, o seu satélite, mas não têm de onde lançar. No nosso caso, além de termos um local, esse local é privilegiadíssimo, como aqui já foi destacado.

Resumindo, países do tipo do Brasil, um país continental, que tem extensão territorial enorme, população muito grande e economia pujante, precisam de um programa espacial forte. Nós já mostramos aqui um gráfico com os países que têm extensão territorial maior do que 5 milhões de quilômetros quadrados, população maior do que 100 milhões de pessoas e PIB maior do que 1 trilhão de dólares. São quatro os países: Estados Unidos, Rússia, China e Brasil. Não preciso dizer como é o programa dos outros três. Então, por alguma razão existe.

E o Brasil? O Brasil já é um grande usuário de sistemas espaciais, só que muitas das coisas que nós usamos nós importamos. E qual é a nossa situação? Nós vamos continuar sempre dependentes? Toda vez em que eu tiver um satélite, seja ele grande, seja ele pequeno, eu vou ficar dependendo de outros para lançarem para mim? Nós vamos pegar o nosso recurso e ficar



investindo num programa alheio? Vamos ficar investindo em Kourou? Estivemos lá, não é, Deputado? Vimos que eles têm capacidade e nos consideram excelentes clientes. Eles falaram mais de uma vez que nós não somos concorrentes; nós somos excelentes clientes. Dos 12 satélites geoestacionários que já foram lançados para o Brasil, 100% foram com eles. Então eles nos consideram ótimos clientes. Nosso dinheiro vai para lá.

Está nas nossas mãos nos valermos ou não desses diferenciais, como é o caso de Alcântara. O que nós vislumbramos para Alcântara? Nós tivemos uma oportunidade muito feliz de viajar a Alcântara com alguns Congressistas e com representantes do Governo do Maranhão para ver o que é Kourou. Kourou é uma cidade mais ou menos do tamanho de Alcântara que tem praticamente tudo isso que os senhores vão ver aqui.

Kourou tem uma base de lançamento — vamos chamar assim — com todas as instalações de preparação, de lançamento, de integração, de testes. Realmente se trata de uma maravilha que funciona redondinha. Mas para tudo isso funcionar é preciso uma infraestrutura. A infraestrutura de um espaçoporto, como eles chamam, requer meios logísticos. É preciso chegar lá com cargas pesadas, normalmente pelo mar, e algumas cargas mais delicadas, cargas aéreas.

No caso, os senhores veem ali no centro o nosso satélite geoestacionário, quando chegou lá no final de 2016, início de 2017. Foi preciso toda aquela questão de apoio ao homem — hospedagem, lazer, turismo, uma série de coisas desse gênero. Isso tudo faz com que se desdobre uma série de outros desenvolvimentos locais, que passam pela educação, turismo, meio ambiente.

Apesar da nossa viagem à Guiana Francesa ter sido muito rápida, nós tivemos a oportunidade de ver que isso existe e que é necessário. Existe em Kourou um instituto tecnológico, com nível de graduação de terceiro grau. Essas são coisas concretas que nós gostaríamos que acontecessem em Alcântara.

Agora vamos dar uma olhada no impacto econômico que algo dessa natureza causa. Vejam bem, nós estamos falando de Kourou, na Região Amazônica, uma região que era muito isolada da matriz deles, há mais de 8 mil quilômetros de distância. Em 2014, a entrada de receitas fiscais foi da ordem de 58 milhões de euros. Isso corrigido por 4,3 reais, que é a cotação de hoje, daria cerca de 251 milhões de reais. Isso é quase quatro vezes o que está no Orçamento da Prefeitura de Alcântara, em torno de 70 milhões de reais. Não sei nem se eles vão conseguir tudo



aquilo, mas esse valor está orçado no PPA de Alcântara. Isso é só a receita fiscal. Não estamos falando de todas as outras injeções de renda na região.

Como são os indicadores de renda própria lá? É de 17 mil dólares por ano a renda *per capita* na Guiana Francesa. Em Kourou, certamente a renda é maior, porque, como os senhores viram, Kourou é uma cidade de classe média alta em comparação com as outras cidades. Alcântara, infelizmente, não alcança nem um décimo desse valor.

Esse é o nosso mirante. Geograficamente, nós estamos muito parecidos com eles. Precisamos entrar no negócio.

Qual a nossa grande chance? Nós costumamos dizer que o cavalo selado está passando à nossa frente pela segunda vez. Como os senhores Deputados viram em Kourou, eles estão muito bem montados para lançamentos de grande e médio porte, mas eles não têm hoje lançadores de pequeno porte. O mercado, nisso que está se chamando de "*new space*", está convergindo por novas formas de se fazer negócio, com empresas privadas atuando. E uma das características desse negócio é o lançamento de pequenos satélites. Essa é a segunda oportunidade que está se vislumbrando para Alcântara. Existe demanda por mais lançamentos e por constelações de pequenos satélites. Os satélites têm vida útil curta e vão ter que ser repostos. E aí que entra Alcântara. Nós vamos querer participar desse mercado ou não? O mercado existe, está começando e crescendo muito. Todos os estudos indicam isso. E nós temos que decidir se vamos participar dele ou não.

Eu vou passar brevemente esses eslaides para mostrar aos senhores que o uso de pequenos satélites não é mais uma questão que se discute nos laboratórios de universidades. Já existe missão para Marte utilizando satélites de comunicação do tamanho de uma caixa de sapato.

Existem estudos aqui no Brasil mostrando o crescimento vertiginoso desse novo mercado voltado não só para aplicações educacionais, mas também para aplicações de comunicação e sensoriamento remoto.

Nós temos uma nova era com grandes oportunidades para o Brasil. Do ponto de vista da Agência Espacial, segundo os nossos estudos, o nosso grande nicho, para começar em Alcântara, são pequenos lançadores para órbitas baixas inclinadas, principalmente para missões dedicadas, ou seja, um lançador para um ou dois satélites, e para reposição dessas constelações de



centenas de satélites que estão sendo implantadas. O nosso mercado inclui também micro e nanosatélites e todos os serviços que derivam disso. Isso atende não só o mercado brasileiro, mas também o mercado de exportação de serviços e produtos.

No caso específico de Alcântara, o espaçoporto brasileiro é um nicho que já está pronto para começar a operar com pequenos lançadores, sejam nacionais, sejam de empresas internacionais que queiram operar no Brasil. Existe também, como a região é muito favorável, a possibilidade de investir em lançadores de médio e de grande porte, como nós vimos na nossa vizinha Guiana Francesa.

Então, existe a demanda. O que falta agora é o Brasil se posicionar. Queremos participar disso ou não? Eu lembro sempre o caso que nós tínhamos lá em 2001, paramos e ficamos, praticamente, 19 anos sem um projeto de vulto na região.

E muitos nos perguntam o seguinte: *"Mas Alcântara ainda vale a pena? Nós não perdemos tanto tempo? Aquilo ainda é vantajoso, ainda se justifica?"* Nós acreditamos que sim. Os meios técnicos e logísticos para lançamentos de pequeno porte estão implantados. E o grande diferencial é que as empresas constatarem isso quando nos visitam. As vantagens competitivas da costa norte do Brasil, geograficamente, são incomparáveis com outros locais no mundo.

Nós já temos uma série de melhorias que foram feitas nos últimos anos em Alcântara. Estamos investindo agora, junto com a Secretaria de Aviação Civil, na transformação do aeroporto, que antigamente era só de uso militar. Agora ele vai ser de uso compartilhado, ou seja, poderá ser usado também para aplicações civis. Estamos trabalhando num arranjo jurídico e comercial que permita ao Centro vender esse tipo de serviço.

Do ponto de vista da AEB, nós temos interagido muito com diversas organizações de Governo e outros Ministérios interessados em aplicações espaciais. Por exemplo, a agricultura precisa de sensoriamento remoto e de meteorologia; a ANP precisa de monitoramento do mar. Então, existem diversos clientes no Brasil que justificam o investimento do Governo brasileiro tanto num programa autônomo como num centro espacial capaz de lançar carga, seja de pequena ou de grande monta.

Esse nosso DNA aeroespacial já foi exercitado nos anos 50. Na época não tínhamos indústria aeronáutica. Nós começamos lá com o ITA, depois com os institutos que levaram hoje ao DCTA. Temos também o INPE, que é uma instituição especializada na área de satélites. Criou-



se ali todo um conglomerado de empresas e instituições voltadas para a área da Aeronáutica, e é o mesmo modelo que nós queremos replicar na Região Nordeste do Brasil. E, no início do ano, inauguramos um curso de pós-graduação, que é o terceiro do Brasil na área aeroespacial.

Então, vejam que nós temos academia, instituições de ciência, tecnologia e inovação, indústria e, principalmente, capital humano. São as pessoas que fazem a diferença. O brasileiro é conhecido como uma pessoa inovadora e criativa. Então, a questão de Alcântara se ajunta à criatividade do brasileiro. É isso que nós esperamos, ou seja, desenvolver capacitações locais.

No entanto, precisamos estar muito atentos à concorrência. O tempo está passando, outros países estão abrindo novos centros de lançamento. Cito o caso da empresa Rocket Lab, que nos procurou 2 a 3 anos atrás. E, dado o fato de não termos um acordo de salvaguardas, ela se voltou para a Nova Zelândia. Nós tivemos essa oportunidade, mas a perdemos.

O ambiente de negócios no mercado espacial está mudando. Não existem só aquelas aplicações tradicionais. Se utilizarmos bem Alcântara, nós poderemos abrir outros nichos de mercado. No entanto, vai ficar sempre aquele dilema: nós queremos comprar serviços ou queremos desenvolver internamente? De acordo com os estudos que nós fizemos, haverá uma quebra de soberania se nós não trabalharmos bem para desenvolver o nosso programa espacial completo, porque nós vamos ficar sempre dependentes de outros países para lançar os satélites que nós queremos utilizar.

Então, reprisando, as janelas de oportunidades são curtas. Nós estamos aqui para convencer os senhores de que o Brasil necessita de um programa espacial à altura de suas demandas. Nós temos infraestrutura espacial, capital humano, academia, para desenvolver um programa espacial completo. Temos os mercados interno e externo a explorar. Alcântara é uma região que tem grandes diferenciais competitivos ainda hoje. Portanto, precisamos aproveitar essa janela, enquanto a tecnologia nos favorece usar Alcântara. Os acordos de salvaguarda, sejam com os Estados Unidos ou com outros países, ampliam o leque de possibilidades para atuação no mercado de lançamentos. Então, eles não limitam; ao contrário, eles ampliam.

E, finalmente, nós precisamos promover a sustentabilidade dos nossos institutos e da nossa indústria. Precisamos aumentar o nosso mercado e a nossa autonomia espacial e levar desenvolvimento regional para aquela região, como observamos lá em Kourou e em outros países que também têm centros espaciais.



Muito obrigado. Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado, Presidente.

Passo a palavra para o Sr. Benhur Viana.

O SR. BENHUR VIANA - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bolsonaro, Brigadeiro Baptista Junior, Presidente Carlos Moura, demais Deputados, muito obrigado.

O cerne da questão foi trazido pelas apresentações do Brigadeiro Baptista Junior e do Presidente da AEB, Carlos Moura.

Na perspectiva do Itamaraty, esse acordo foi negociado entre o Ministério das Relações Exteriores, o MCTIC, a AEB e o Ministério da Defesa. Trata-se de um trabalho de coordenação interna muito estreito, muito importante que, como disse o Brigadeiro Baptista Junior, levou em consideração todos os debates e as sensibilidades que foram apontadas pelo Congresso Nacional, desde a apresentação do AST em 2000, há 19 anos. Trata-se de um acordo em que os dois lados reconheceram as sensibilidades tanto do Brasil como dos Estados Unidos.

Muito do que eu iria falar aqui foi comentado pelo Brigadeiro Baptista Junior. Mas é importante que tenhamos presente do que trata e do que não trata esse acordo. Isso foi muito bem analisado pelo Brigadeiro Baptista Junior. Não se trata de um acordo de construção de base, de operação dos Estados Unidos, não é um aluguel. Também não se trata de um acordo de transferência de tecnologia. Na verdade é um acordo de salvaguardas de tecnologias.

A questão conceitual é o reconhecimento de tecnologia que é estrangeira. Quando dois países reconhecem o princípio de que a tecnologia estrangeira deve ser salvaguardada e desejam cooperar nessa área aeroespacial, então, disciplinas são negociadas. E foi isso que aconteceu. Esse é um acordo muito bom, e eu diria um texto muito melhor do que o acordo de 2000. E como disse também o Brigadeiro Baptista Junior, o Brasil já tem um acordo de salvaguardas, que foi assinado em 2002, aprovado aqui nesta Casa em 2003 e entrou em vigor em 2004. É basicamente um acordo de salvaguardas tecnológicas que estabelece disciplinas e concessões aos ucranianos. Não se trata de nenhuma inovação aqui, uma vez que já temos um texto em vigor que trata de salvaguardas tecnológicas.

Eu acho que é isso. Agradeço ao Presidente Eduardo Bolsonaro e aos demais Parlamentares pela oportunidade de estar aqui e contribuir para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Sr. Benhur.



Informo que não é necessário que o prazo de 15 minutos seja utilizado integralmente. Peço ao Sr. Benhur que permaneça na Comissão para eventuais dúvidas dos colegas Parlamentares. Agradeço ao senhor por não ter sido repetitivo. Muito obrigado pelas suas palavras.

Na sequência, passo a palavra para a Sra. Andreia Rocha de Oliveira, do Tribunal de Contas da União.

A SRA. ANDREIA ROCHA BELLO DE OLIVEIRA - Boa tarde. Cumprimento o Presidente desta Comissão, Deputado Eduardo Bolsonaro, o Deputado Rubens Bueno, autor do requerimento para realização desta audiência pública, os senhores componentes da Mesa e os Srs. Parlamentares aqui presentes.

Agradeço, inicialmente, o convite para que o Tribunal de Contas pudesse participar desta audiência pública. É muito importante para o Tribunal contribuir para a atuação do Congresso.

Esta Comissão discute o futuro do uso comercial da base de Alcântara. Nós entendemos que seria interessante trazer o resultado de uma auditoria sobre o passado, mas que pode trazer considerações importantes para futuros projetos naquele local.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem, a auditoria foi realizada a partir de uma solicitação do Congresso Nacional, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com o objetivo de avaliar a regularidade dos atos e procedimentos adotados para a celebração e a denúncia do Tratado Brasil-Ucrânia. Havia naquela época a impressão de que o Brasil estava sofrendo um enorme prejuízo, em virtude do rompimento desse tratado, já que tinha sido gasto em torno de 1 bilhão de reais, segundo a solicitação do Congresso Nacional, e o objetivo do tratado não tinha sido alcançado. Então, o Tribunal fez essa auditoria para verificar a regularidade desses procedimentos, e ela resultou, só para mencionar aqui, no Acórdão nº 2.727, de 2017, da relatoria do Ministro Marcos Bemquerer.

Como os senhores já devem saber — também não quero ser repetitiva —, o Acordo Brasil-Ucrânia foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 776, de 2004. Por meio desse acordo, o Brasil pretendia a independência quanto ao lançamento de satélites e também a obtenção de lucro com prestação de serviços aeroespaciais, que também é o que nós estamos discutindo aqui neste momento, de certa forma. Pretendia-se a exploração comercial do Centro de



Lançamento de Alcântara, através da colocação de satélites no espaço, por meio do uso do Cyclone-4, que é esse veículo da Ucrânia. Então, o Brasil entrava com a localização especial que Alcântara oferece e a Ucrânia entrava com o foguete.

Em suma, eram estes os compromissos das partes: o Brasil, com o desenvolvimento da infraestrutura geral e a operação do sítio de lançamento do Cyclone; a Ucrânia, com o desenvolvimento e qualificação do veículo lançador; e a empresa Alcântara Cyclone Space, com toda a operacionalização e execução da operação comercial.

Vamos para os problemas que o Tribunal identificou. Podemos resumi-los nesta frase: fragilidades nos estudos que indicaram a viabilidade técnica, econômica e financeira desse tratado. O tratado foi aprovado em 2005 e, logo em seguida, a Agência Espacial Brasileira elaborou um projeto piloto de investimento que indicava essa viabilidade técnica e econômica do projeto. Havia a expectativa de que os benefícios auferidos pelo Brasil superariam em muito o tanto de recurso que seria alocado na infraestrutura do Centro de Alcântara. Também havia a expectativa de que o veículo Cyclone-4 poderia ser competitivo no sentido comercial e trazer lucro para ambas as partes. Assim, com o tempo, a ACS seria mantida pelos recursos gerados por ela mesma, não precisaria mais de recursos públicos sendo alocados ali. Então, tanto o Brasil quanto a Ucrânia entrariam com recursos para se iniciarem as operações e depois as operações seriam mantidas pela própria empresa.

O primeiro problema que nós identificamos é uma superestimativa da capacidade desse projeto de gerar realmente recursos para o Brasil. Nós entendemos que não foi considerada adequadamente a carga nominal e a capacidade do Cyclone para ser competitivo no mercado e realmente conseguir a fatia de mercado que era pretendida na época.

O outro ponto é justamente o que os senhores estão discutindo aqui no Congresso: a falta do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos. Naquela época, o Brasil havia celebrado o acordo com os Estados Unidos, mas ele não havia sido ratificado pelo Congresso ainda. Isso trazia um risco altíssimo para o empreendimento como um todo, já que não poderia ser lançado nada em Alcântara sem esse acordo vigente. Então, isso praticamente inviabilizava as operações e colocava todo o tratado em risco.



Outro ponto relevante, de certa forma relacionado com o anterior também, é a falta de experiência do Brasil no lançamento de satélite de médio porte, que também poderia, de certa forma, colocar em xeque o tratado.

Foi mencionado por outro componente da Mesa o problema com relação às questões ambientais e o impacto ambiental, especialmente porque, no caso do veículo lançador Cyclone-4, o combustível que ele utilizava era altamente tóxico. Então, se houvesse algum erro de lançamento, algo dessa natureza, o impacto ambiental seria significativo. A nosso ver, isso não foi bem documentado e planejado de forma a evitar prejuízos.

Naquela região existem comunidades quilombolas, que precisam ser consideradas em qualquer tipo de ocupação da área. Este é o último ponto que destacamos: a falta de atenção dada à presença das comunidades quilombolas na região de Alcântara. Essas comunidades teriam de ser remanejadas, o que deveria ser considerado nos estudos, mas não identificamos isso nos estudos que embasaram o projeto.

Quanto ao total de recursos aplicados no projeto, na verdade o Brasil não aplicou 1 bilhão de reais. O Brasil aplicou 483 milhões no capital da Alcântara Cyclone Space, enquanto a Ucrânia aplicou cerca de 236 milhões de dólares. Esses recursos foram efetivamente gastos, no caso do Brasil, a maior parte na área finalística, sendo 138 milhões em atividades de custeio. Em virtude dessas considerações que, em suma, são relativas a problemas relacionados ao planejamento do projeto, do empreendimento como um todo, o Tribunal fez uma recomendação para os órgãos envolvidos — Casa Civil, Ministério do Planejamento, MCTIC, Ministério das Relações Exteriores — a fim de que, em futuros projetos e tratados que envolvam risco tecnológico de alto custo, sejam realizados estudos que comprovem de forma mais fundamentada que o projeto é viável sob os pontos de vista técnico, econômico, comercial e socioambiental.

O Tribunal também pediu que se considere, no exame de viabilidade técnica do projeto, uma justificativa para demonstrar que a opção escolhida é a mais vantajosa para o Brasil efetivamente e que o custo e o cronograma de desembolso são realísticos.

Esta é uma vista aérea de parte das obras. O Tribunal também determinou que a unidade técnica fizesse uma auditoria, que será realizada no ano que vem, para verificar o que realmente foi feito com esses recursos aplicados lá em Alcântara e se o que foi feito tem alguma funcionalidade. Esse trabalho deve ser feito no ano que vem.



Para contextualizar o assunto aqui nesta audiência, trago esses aprendizados, posto que temos de aprender com os nossos erros.

Primeiro, há a necessidade do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, que é um pré-requisito para qualquer desenvolvimento de projetos no Centro de Lançamento de Alcântara. Então, realmente não há como ter prosseguimento o programa espacial brasileiro sem que seja cumprido esse pré-requisito.

Outra questão é a devida atenção ao planejamento prévio, ou seja, antes de executar recursos, fazer os testes, verificar se realmente a operação é viável, considerando os impactos ambientais e socioambientais.

O último ponto refere-se ao tratamento prévio das implicações ambientais e sociais dos projetos que vierem a serem efetuados no Centro de Lançamento de Alcântara.

Agradeço e me coloco à disposição dos senhores para dirimir qualquer dúvida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Sra. Andreia Rocha.

Na sequência, passo a palavra ao último orador, Sr. Julio Hideo Shidara, Diretor Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil — AIAB, que dispõe de 15 minutos com mais 5 minutos para a conclusão.

O SR. JULIO HIDEO SHIDARA - Sr. Deputado Eduardo Bolsonaro, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades presentes neste evento, senhoras e senhores, gostaria de iniciar com o agradecimento, Sr. Deputado Bolsonaro, em particular ao Deputado Rubens Bueno pela diferença de convidar as indústrias para este debate tão relevante para o País. Muito obrigado por esta oportunidade.

(Segue-se exibição de imagens.)

A AIAB é uma entidade representativa de classe das empresas que atuam no setor aeroespacial no Brasil. Os senhores poderão reconhecer no primeiro eslaide a presença de atores importantes, entre eles a EMBRAER e a General Electric — GE, que são duas das quatro maiores exportadoras industriais do País, com base nos números de 2018. Fazem companhia nesse seleto grupo empresas como a Vale e a PETROBRAS.

As associadas da AIAB atuam no topo da pirâmide agregação de valor em produtos. Para os senhores terem referência, trata-se de uma tabela que traz todos os setores da economia aqui



representados. Os valores, seguramente, estão desatualizados, mas o importante não é tanto o valor aqui, mas a diferença, a referência que se faz.

Então, com os dados dessa tabela de 2001, nós podemos ver que existe a diferença de um fator de 5 milhões do setor de mineração para o setor espacial. Isso significa que exportar 1 quilo de um produto espacial equivale a exportar 5 mil toneladas de minério. Portanto, atuamos nessa ponta da pirâmide de agregação de valor.

O PNAE — Programa Nacional de Atividades Espaciais atualmente em vigor endereça como uma das estratégias definidas como relevantes para o programa espacial brasileiro a conscientização da opinião pública com relação à importância do estudo, uso e desenvolvimento do setor espacial brasileiro.

Da mesma forma, documento gerado por iniciativa desta Casa no ano de 2010 traz um estudo bastante profundo e completo, com a colaboração de todos os setores envolvidos no programa espacial brasileiro, e aponta como um dos objetivos conscientizar a sociedade sobre a relevância do programa espacial brasileiro. Acho que esses desafios continuam bastante presentes, não obstante o tempo decorrido desde então, e é uma coisa que ainda precisa ser estrategicamente trabalhada, porque o nível de conscientização aqui no Brasil é baixo. Nós precisamos trabalhar para poder levar à população brasileira o que significam exatamente os ativos espaciais para a vida do dia a dia da população.

Este documento foi gerado pelo Centro Nacional de Inteligência Aeroespacial, que é um órgão da Força Aérea Norte-Americana. E aí, senhores, está um gráfico. Eu escolhi o GPS — os satélites em órbita atendem a diversas finalidades: meteorológica, sensoriamento, GPS, posicionamento — justamente porque é um setor que está presente em nosso dia a dia, como bem citou o Brigadeiro Baptista, e os dados aqui na sequência permitirão concluir a minha linha de raciocínio.

Observem neste gráfico que GPS é o nome que se deu ao sistema norte-americano. Existem outros sistemas que fazem o equivalente ao GPS norte-americano, que eu vou chamar de GPS entre aspas, porque é um termo que todo mundo conhece. Qual teria sido o motivo, senhores, para países como a China, a Rússia e os da Comunidade Europeia lançarem seus próprios sistemas, se o GPS é um sistema que está disponível em todo mundo? Nós vamos responder a essa pergunta ao longo da minha apresentação.



O mais curioso aqui, senhores, é observar que existe também, com cobertura local, em países como a Índia e o Japão. O Japão é o país dos meus antepassados. Por força das condições que lhes foram impostas, por ocasião da rendição da II Guerra, eles tiveram que declarar, inclusive na Constituição japonesa, que só podem ter forças de autodefesa. Por que teriam eles investido num sistema de posicionamento para o seu território? Na Índia é ainda mais curioso. Acho que ninguém presente aqui nesta data discordará de que a Índia, assim como o Brasil, é um país em desenvolvimento e, portanto, tem enormes desafios na área de infraestrutura, de saneamento básico, de habitação, etc. Por que será que eles decidiram investir nessa área?

Então, vou desenvolver a apresentação a partir dessa abordagem.

O próximo *slide* mostra uma forma comparativa não só do GPS, mas também da capacidade de lançamento que os países têm. Faz parte daquele estudo do Centro Nacional de Inteligência Aeroespacial da Força Aérea Norte-Americana. Da mesma forma, notamos aqui a presença da Índia nos mais diferentes níveis de capacitação tecnológica, sendo que o mais demandante deles, a última camada ali, são satélites geoestacionários, passando por satélites de órbita média e de órbita baixa.

Então, senhores, desse *slide* eu creio que devemos tirar para nós um momento de reflexão: por que um país como a Índia decidiu investir tão pesado para ter essa capacidade? É porque os ativos, os satélites, os ativos de espaço geram uma série de coisas que sequer imaginamos presentes no nosso dia a dia, como bem citou aqui o Engenheiro Carlos Moura.

Eu vou apenas passar algumas informações, porque não é o objetivo primário desta audiência, mas é bom que nós tenhamos a noção do que representam os ativos de espaço para a vida, para o dia a dia da população.

Aqui, já citei anteriormente, quem mantém o sistema GPS, um dos sistemas globais, é o contribuinte norte-americano. Só no ano fiscal de 2019 — senhores, prestem atenção para este montante aqui —, eles investiram 1,42 bilhões de dólares para manter esse sistema.

E aqui uma reportagem, também por iniciativa de entidades de classe do setor aeroespacial nos Estados Unidos. Esta é uma matéria de 2016, que, no entanto, se refere a dados de 1983. Acho que eles não tinham dados mais atuais para publicar. Eles apontam aqui que o sistema de GPS gerou benefícios tangíveis da ordem de 55 bilhões de dólares no ano de 1983.



Uma outra reportagem aqui, da Bloomberg, de 2018, mostra como a economia mundial é dependente desse sistema GPS. Como bem citou o engenheiro Carlos Moura, da Agência Espacial Brasileira, muita gente associa GPS com seu celular, com sistema de posicionamento, navegação de um ponto a outro, mas existe um serviço aplicativo do GPS que é sincronização da base de tempo. Eu mesmo — sou engenheiro — não sabia. Depois de ler algumas matérias de quais aplicativos dependem de sincronização de base de tempo, fiquei assustado, senhores.

Aqui, apenas uma noção, vou falar rapidamente de alguns deles.

Indústria de telecomunicações.

Bancos. Quem é que não chegou já a um comércio ou a um banco e o caixa falou assim: “O sistema está fora do ar”. Num comércio, o quão irritante isso é para a rotina, para a dinâmica que nós temos nas nossas vidas nos tempos atuais. Pois então, caso o GPS não contemple essa sincronização de base de tempo, uma série de aplicações que são importantes no nosso dia a dia ficam fora do ar, senhores, simplesmente isso.

Geração e distribuição de energia elétrica. O sistema, para ser mantido o equilíbrio entre geração e consumo, depende de uma sincronização, entre a ponta de consumo e a ponta de geração, da ordem de milissegundos, milésimos de segundo. Alguns milésimos de segundo de diferença de base de tempo entre uma ponta e outra derrubam o sistema.

Então, ele está presente. E aqui não estou falando nada. É claro que tem uma importância na área de defesa e de soberania. Mas, por enquanto, isso é apenas uma possibilidade. E num eslaide anterior eu apresentei *Um dia sem espaço*: a matéria explora o que aconteceria em 24 horas de ausência de serviços oriundos de ativos do espaço na vida do brasileiro. Em virtude, digamos, da boa condução diplomática do Brasil, em 24 horas talvez não recebamos nenhuma ameaça quanto à soberania do Brasil, mas, se desativarmos os serviços satelitais, vai existir uma verdadeira convulsão, porque vamos ficar sem energia elétrica, sem comunicação, sem banco, sem... Então, ele está muito mais presente na vida, no nosso dia a dia, do que possamos imaginar numa primeira análise.

Aqui eu coloco os desafios que a AIAB enxerga para essa retomada do programa espacial brasileiro.

Acho que não foi sem um envolvimento de todos os setores de um país, indústria, universidade, governo, congresso, que os países conseguiram alcançar aquele estágio de



maturidade tecnológica que permite inclusive lançamento de satélites geoestacionários. E não é um programa, senhores, de um governo ou outro. Como bem colocou o Brigadeiro Baptista, é necessário que todos nós tenhamos coragem para suportar este programa, porque, para um resultado efetivo, um programa na área espacial com tanto valor agregado é um programa de longo prazo. Não vamos, certamente, rever resultados significativos num horizonte de 4 ou 8 anos.

Dentre os desafios que a AIAB lista para a retomada do programa espacial, eu cito aqui a operacionalização dos acordos de cooperação internacional, ou seja, trazê-los do plano político para o operacional mesmo, de trabalhar em prol do fortalecimento da base industrial aeroespacial brasileira; a reforma tributária, que é outro tópico que brevemente deve entrar em debate nesta Casa — é importante levar em conta as especificidades que envolvem o setor em que atuam as empresas aeroespaciais no Brasil —; e, por último, o financiamento do Programa Espacial Brasileiro. Há um eslaide sobre isso, e eu vou deixar os comentários para a sequência.

Senhores, só para citar um exemplo da importância da reforma tributária e da forma como ela será conduzida, eu vou mencionar apenas um *benchmark*, uma referência que temos do que um regime especial pode produzir em termos de resultado para a Nação, para o País. O regime conhecido como RECOF, um regime aduaneiro especial, fez com que a GE Celma, uma das associadas da AIAB, passasse, num horizonte de 10 anos, de 920 para mais de 2.500 funcionários; permitiu que ela saltasse, em termos de faturamento, nesse mesmo horizonte de 10 anos, de 1,6 bilhões de reais para 8,9 bilhões de reais; saltou da 19ª posição em 2014 para a 4ª posição, como eu citei anteriormente, em 2018, no *ranking* de maiores exportadores industriais do Brasil; as exportações da GE Celma cresceram de 38% para 96% do total da sua produção, e eles investiram mais de 50 milhões de dólares na implantação de uma nova planta em Três Rios, no Rio de Janeiro.

Os senhores podem ver, na parte inferior desse eslaide, que, dentre todas essas clientes que ela atende na revisão de turbinas de aeronaves comerciais e de transporte, ela é quase exclusiva na manutenção das turbinas da Southwest e da FedEx.

Falando um pouco do financiamento do Programa Espacial Brasileiro, a AIAB também tem propostas nesse debate tão importante porque vê como possível trabalhar um recurso importante para o financiamento do Programa Espacial Brasileiro daqui para frente, à



semelhança do que já aconteceu em 2011 relativo ao Fundo Setorial Audiovisual, que abriu o mercado de TV por assinatura às operadoras de telefonia. O fato gerador para a captação de recursos para esse fundo do setor audiovisual é a prestação de serviços. Então, nós enxergamos que, semelhantemente ao que foi feito para esse fundo, é possível, para o Fundo Setorial Espacial, alterar o fato gerador, que atualmente está vinculado à ocupação de uma posição geostacionária reservada para o Brasil, para o trânsito de dados. E nós vemos que isso pode ser discutido no âmbito do PLC 79, que está atualmente em tramitação no Senado Federal.

Já caminhando para o final, apresento a V.Exas. uma mensagem que a AIAB deixa aqui como contribuição para esse debate tão relevante:

O êxito que o Brasil conquistou no setor aeronáutico associado ao legado do programa espacial brasileiro — nós temos, sim, legado do programa espacial conduzido até o momento — credenciam-nos a conquistar, também no setor espacial, uma posição de relevância no cenário mundial.

Nós temos capacidade, competência, conhecimento, vontade de fazer isso. Então, se todos nós somarmos esforços é perfeitamente possível sonharmos, e sonharmos alto, em conquistar uma posição relevante e num prazo que pode surpreender muitos países que já atuam nesse setor.

Endereçando especificamente o tema da convocação desta audiência, vamos nos posicionar qualitativamente, porque, de novo fazendo menção à iniciativa do Marechal Casimiro Montenegro Filho, que, na década de 40, plantou a semente daquilo que viria a ser, décadas depois, simplesmente a terceira indústria de expressão mundial, eu acho que — vamos tentar fazer um exercício aqui de viagem no tempo e nos colocarmos em 1940 —, se alguém se chegasse a ele, que, na época, era Coronel, e perguntasse: "*Coronel, o que o senhor acha de perspectivas para o setor aeronáutico brasileiro?*" Dificilmente, senhores, ele teria condições de dar uma expectativa, seja de prazo, seja de valores que poderiam ser faturados na indústria aeronáutica. No entanto, ele tinha uma certeza, a certeza de que aquele era o caminho que tinha que ser trilhado por um país que aspirasse um dia a ter uma relevância, uma expressão na indústria aeronáutica.

Semelhantemente, na retomada do Programa Espacial Brasileiro, eu faço um paralelo da seguinte forma: temos um trajeto a fazer num território não bem conhecido. Temos que chegar



a um ponto, e queremos chegar ao ponto onde as empresas estão hoje, na fronteira do conhecimento. E, para chegar lá, nós temos que ultrapassar vários obstáculos, que eu represento aqui por rios que temos que atravessar. O primeiro rio que nós temos que atravessar tem uma ponte chamada Acordo de Salvaguardas Tecnológicas — AST. Todos os outros que nos antecederam na área espacial passaram por essa ponte. Por que não deveríamos passar por essa ponte também? Eu acho que é difícil hoje, porque é um mero exercício de futurologia, dizer se é 2% dos 350 milhões que o senhor falou ou se vai ser um número diferente, mas existe a certeza de que, quanto mais demorarmos para atravessar esse primeiro obstáculo, menor vai ser a fatia que nós podemos abocanhar com a Base de Alcântara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado, Sr. Julio Hideo Shidara.

Encerrada a exposição dos convidados, também fica encerrada a lista de inscrições.

Então, neste momento, passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Rubens Bueno, que dispõe de 3 minutos, conforme o nosso acordo de procedimentos da CREDN.

Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer aqui a presença dos convidados para esta audiência pública para tratar do uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara, sobre perspectivas do uso comercial, sobre resultados esperados na utilização de tudo aquilo que está se projetando fazer.

Da leitura que eu fiz e das perguntas que eu tenho, é impossível, em 3 minutos... Esta é a primeira vez que eu vejo um Relator falar por 3 minutos. De qualquer maneira — fique tranquilo; comigo não há esse problema, não —, eu gostaria de encaminhar por escrito essas perguntas e gostaria de receber a resposta daqueles que porventura estiverem envolvidos nas perguntas que estão aqui impressas.

Quero agradecer ao Deputado Pedro Lucas Fernandes, autor do plano de trabalho desse grupo da Subcomissão Especial para tratar do Centro de Lançamento de Alcântara, lembrando que a perspectiva em 2040 é de 1 trilhão de dólares — perspectiva para 2040. Ora, se há isso, e nós estamos começando a pensar no sentido de explorá-lo comercialmente na forma como está a proposta, vamos imaginar que nós tenhamos apenas 1%, e não os 2% de que o nosso Tenente-Brigadeiro falou — apenas 1%. Serão 10 bilhões de dólares. Há, aí, todo um espaço para o Brasil



ter a oportunidade de participação em algo que, se o marechal de hoje e o coronel de ontem já prospectavam lá atrás, imaginamos que estamos no caminho certo.

Agradeço muito a atenção. Vou entregar as perguntas por escrito, porque não tenho como fazê-las oralmente na forma como eu coloquei aqui, até porque há uma justificativa, para cada pergunta, dos dados levantados, com o apoio da nossa assessoria, da Liderança do nosso partido.

Há aqui uma pergunta sobre as premissas, os dados e a forma do cálculo utilizado para essa estimativa, que aqui foi colocada, de que em 20 anos o Brasil teria perdido 3,9 bilhões de dólares, como é que se chegou a essa conta. Há outra sobre os projetos de lançamento já previstos — e aí aquela história de um resultado conservador de 1% até 2040 como é que se daria. Existe outro ponto que chama a atenção, expositores, e eu acho que também é importante. Ora, se nós temos um tratado com a China há 30 anos, como é que se vai comportar agora com esse novo acordo? Eu queria apenas que esclarecessem melhor essas questões para saber até onde podemos chegar.

De minha parte, era isso, Sr. Presidente. Entrego as perguntas por escrito. Espero que cada um possa responder a contento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Rubens.

Apenas informo que o tempo de 3 minutos foi o que me foi informado pela Secretaria da CREDN como o tempo disponível no acordo procedimental, algo que está além da vontade desta Presidência.

Seguindo a ordem da lista de inscritos, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Braide.

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a oportunidade de participar de um debate tão importante, a discussão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas de Alcântara; cumprimentar a todos os convidados, que brilhantemente apresentaram os seus pontos de vista acerca desse acordo; e dizer que, enquanto maranhense e enquanto Deputado — represento o meu Estado —, além de apoiar esse acordo, eu sou um entusiasta da aprovação do AST de Alcântara.

Eu tive a oportunidade de lá estar presente, juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia. Nós visitamos inclusive comunidades alcantarenses que ele teve a oportunidade de



conhecer pessoalmente. Também tive a oportunidade de participar de reuniões no Comando da Aeronáutica, juntamente com Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior.

Temos uma figura, Sr. Presidente, que para mim é fundamental para a confiança e o bom andamento desse Acordo de Salvaguardas Tecnológicas: o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Coronel Engenheiro Carlos Augusto Teixeira de Moura. Estive presente em sua posse e vi a dedicação com que ele trata o tema. E há uma informação importantíssima: o Presidente da Agência Espacial Brasileira já serviu no CLA em duas oportunidades — no seu início, quando da sua implantação; e há um tempo recentemente.

Então, ninguém melhor para conhecer a realidade tanto do CLA como também da comunidade alcantareense do que o atual Presidente da Agência Espacial Brasileira, por isso esse acordo tem o nosso apoio, o nosso entusiasmo. E eu tenho certeza de que será um acordo fundamental para o desenvolvimento de Alcântara, do Maranhão e do Brasil. Penso que esta Casa tem a responsabilidade de aprovar esse acordo, é claro, levando em consideração a utilização comercial, mas também o desenvolvimento, que deve ficar no Município de Alcântara, no Estado do Maranhão, e com certeza ficará também para o nosso País.

Parabéns a todos que fazem parte desse acordo. E que possamos aprová-lo o quanto antes, porque o Brasil espera por esse momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Eduardo Braide.

Na sequência, tem a palavra o Deputado Loester Trutis, e depois o Coronel Tadeu.

O SR. LOESTER TRUTIS (PSL - MS) - Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentar o Tenente-Brigadeiro, que, mais uma vez, demonstrou a eficiência da Aeronáutica nas suas explicações.

Eu queria dizer que estive na Base de Alcântara acompanhado de alguns Parlamentares e vejo como sendo de suma importância a aprovação desse acordo. Como o TCU mesmo mostrou, nós perdemos dinheiro no passado por causa de um planejamento não estratégico, onde esse acordo não foi pensado. E, sim, já foi gasto o dinheiro público.

Depois de conhecer várias explicações da Base de Alcântara, depois de ouvir as explicações dos senhores, de conversar, de ler o relatório do Deputado Hildo e de ver a audiência pública que foi feita na Comissão de Minorias, ficou claro que esse acordo não fere a soberania nacional, que esse acordo trará milhões e recursos para o Brasil, que a Base não será



usada para fins bélicos e que não se cede uma base para os americanos, eu queria saber se os Deputados da Oposição fazem essa campanha contra esse acordo simplesmente por má-fé ou por falta de conhecimento técnico, porque isso já foi esclarecido nesta Comissão, foi esclarecido na nossa visita à Alcântara, e o relatório do Deputado Hildo é muito claro quanto a isso.

Então, eu queria fazer uma pergunta muito breve ao Tenente-Brigadeiro: qual é o custo de manutenção da Base de Alcântara, ela estando parada hoje, e qual é o custo com pessoal, já que o Brasil, além de deixar de obter recursos no futuro próximo com a não aprovação desse acordo, está desperdiçando dinheiro público?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito.

Na sequência, tem a palavra o Deputado Coronel Tadeu, e depois o Deputado Arlindo Chinaglia, que fará uso do tempo de Liderança do PT.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Boa tarde, Presidente Eduardo Bolsonaro, senhores convidados.

O assunto é extremamente interessante. Começamos a voltar no tempo e a ver como o Brasil perdeu dinheiro, mas perdeu muito dinheiro, não foi pouco. Há pouco falava-se do dinheiro que o Brasil deixou de arrecadar. As contas são muito fáceis: se a Base de Alcântara, se esse acordo tivesse sido assinado 30 anos atrás e nós tivéssemos uma média de 5 lançamentos de satélites por ano, estariam justificados os quase 4 bilhões de dólares que nós perdemos — e que vamos continuar perdendo, se esse acordo não for aprovado. Eu espero que realmente isso aconteça.

Para os colegas entenderem, a Base de Alcântara é uma das bases mais pródigas para o lançamento de satélite, porque fica exatamente no Equador, então a distância para o espaço facilita tudo e se economiza combustível para lançar um satélite. É muito simples entender isso. O custo básico de um lançamento de satélite é algo em torno de 25 milhões de dólares e, teoricamente, é este o valor que provavelmente será cobrado para cada lançamento. A China quer lançar 800 satélites, os Estados Unidos querem lançar 10 mil satélites, e as justificativas os nossos palestrantes já mostraram. E o Brasil vai insistir em perder dinheiro? Esta é a pergunta que eu faço: nós vamos jogar dinheiro fora?



Esse mercado movimenta hoje, no mundo, quase 5 bilhões de dólares e o Brasil precisa participar disso. Nós temos uma área que pode gerar riqueza, precisamos parar com esse *lobby* maldito de querer matar as coisas boas do nosso País. O Brasil tem tanta coisa boa e está sendo mostrada mais uma, que é justamente o aproveitamento da Base de Alcântara para fins espaciais e financeiros principalmente. Nós não podemos ser trouxas, o mundo inteiro ganha dinheiro com isso e só nós não vamos ganhar, vamos abrir mão dessa receita? Nós não podemos rasgar dinheiro, nosso País não está bem financeiramente.

É um trabalho, é um projeto maravilhoso, e nós realmente precisamos do apoio de todos os Deputados para aprovar esse acordo o mais rápido possível, ou vamos continuar patinando, principalmente nas relações internacionais. Muitos vão falar: “*Ah, mas afeta a soberania nacional*”. Não afeta. As questões de defesa são tratadas dentro do Comando da Aeronáutica, dentro do Ministério da Defesa, não há interferência nenhuma e os palestrantes já mostraram isso. Então, vamos botar um pouco a mão na cabeça e pensar economicamente em nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Coronel Tadeu.

Na sequência, tem a palavra agora o Deputado Arlindo Chinaglia, que, com o tempo de liderança do PT, terá um total de 10 minutos. Após, terá a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Obrigado, Presidente. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar todos os nossos convidados e os demais pares. E quero dizer que eu me encontro naquela faixa em que preciso ainda de esclarecimentos, até porque qualquer discurso de LOA aqui não resolve, como também qualquer discurso que faz contestação sem fundamentação não resolve.

É verdade que nós estamos tratando de um mercado de 250 a 350 bilhões de dólares em 10 anos. Isso, porém, dura 10 anos, portanto, não vai para a eternidade essa possibilidade. Segundo, quem é que conseguiria de fato obter essas vantagens? Nós devemos nos situar, inclusive, com as informações que detenho e com a análise que detenho no momento, de que maneira o Brasil entra nesse acordo de salvaguardas tecnológicas? O Brasil entra como uma *commodity* geográfica, por ser um lugar especial e, portanto, isso de fato é uma possibilidade muito grande para o País.



Agora, é preciso considerar o que diz o artigo 3º, inciso II, sobre a proibição de utilizar recursos para o desenvolvimento do veículo lançador brasileiro. E aqui eu me socorro com a pergunta mais de uma vez feita pelo Presidente da Agência Espacial Brasileira: nós pretendemos ser eternamente importadores ou nós queremos, quem sabe um dia, até mesmo exportar? Por aqui, por esta vedação que consta do acordo, temo que, se for apenas este acordo, não se possibilitará ao Brasil o desenvolvimento do veículo lançador, porque é vedado explicitamente. Não há, digamos, duas interpretações.

Segunda consideração, e aí isso, digamos, tangencia também a soberania, e tento explicar. Refiro-me refiro ao artigo 3º, inciso I, pelo qual há obrigatoriedade de firmar acordos juridicamente vinculantes com outros países que venham a usar a Base de Alcântara. Uma vez tendo o Brasil assinado esse acordo com os Estados Unidos da América, se quiser fazer outro acordo com a China ou com a Rússia ou com a França ou com qualquer outro país que tenha a tecnologia tanto de satélite quanto de veículo lançador e equipe técnica, etc., ele estará obrigado a fazer as mesmas exigências para estes outros países que os Estados Unidos negociou com o País?

E aqui eu quero deixar bem claro que em nenhum momento nós colocamos em dúvida a intenção dos nossos negociadores, para não ficar nenhum tipo de abordagem inadequada.

Vejam, esses acordos deverão obrigar os outros governos em questão a exigir de seus licenciados que cumpram compromissos substancialmente equivalentes aos previstos nos planos de controle e transferência de tecnologia, os quais o Governo dos Estados Unidos da América deverá assegurar que sejam cumpridos pelos participantes norte-americanos, de acordo com aquele artigo que já mencionei. Ou seja, me parece que sob este aspecto não é um bom acordo. Vamos admitir que houvesse, vou citar a China, por uma tentativa nessa disputa cada vez mais evidente, eu diria, não a partir das sobretaxas, mas a partir dos orçamentos militares, que voltasse uma corrida poucas vezes vista na história de orçamentos militares entre China e Estados Unidos — antigamente era a União Soviética. Pois bem, é mais do que claro que se aproximar de uma base como Alcântara é vantajoso. E não estou dizendo que seja desvantajoso ainda para o País.

Agora, vamos admitir, por hipótese apenas, que a China se dispusesse a transferir tecnologia. E aí o Brigadeiro deixou claro que aqui não se trata de transferência ou não de



tecnologias, mas de salvaguardas. Mas eu estou dizendo o seguinte, num outro tipo de acordo, num outro tipo de tratativa, que um país desse porte, desenvolvido nesta área, falasse assim: *“Nós nos dispomos a transferir tecnologia”*. Esse acordo vedaria isso, porque ele impõe que qualquer outro acordo com qualquer outro país desse nível terá que obedecer às mesmas cláusulas que nós estamos assinando com os Estados Unidos. Alguém pode imaginar, com alguma dose de razão: *“Ninguém vai transferir tecnologia”*. Depende. Quando, por exemplo, a Força Aérea Brasileira escolheu os caças que foram afinal adquiridos, ali havia, até certo ponto, o compromisso de transferência de tecnologia.

A representante do Tribunal de Contas da União esclareceu que, apesar do acordo com a Ucrânia, não houve lançamento de satélites, porque não havia o acordo de salvaguarda com os Estados Unidos. Significa o quê, além disso que ela já disse? Significa que os Estados Unidos jogam pesado para impedir, porque isso está em vários documentos norte-americanos para impedir e isso está na base da criação do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – MTCR. Hoje, 35 países já aderiram a esse acordo, mas é evidente que ele tem objetivos nobres, como o de não permitir a expansão do terrorismo, de não permitir armamentos de destruição em massa, etc. Agora, ali fica evidente, até por documentos internos norte-americanos, por reportagem na imprensa norte-americana, que os Estados Unidos não querem que haja — eu vou chamar de popularização, o que seria um exagero — outros países com capacidade de desenvolver veículos lançadores.

Aí há a seguinte questão: O que os Estados Unidos colocam nesse acordo? Não poderá haver lançamentos na Base de Alcântara de espaçonaves estrangeiras ou sob controle de países os quais, na ocasião do lançamento, estejam sujeitos a sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas; tenham governos designados por uma das partes como havendo repetidamente provido apoio a atos de terrorismo internacional.

Isso aqui é suficientemente elástico, porque os Estados Unidos têm suas broncas. Ele resolve normalmente com o discurso da paz, mais muito bem armado.

Aqui está previsto que, se uma das partes definir que o outro oferece risco nesse sentido, então eles deverão buscar um acordo. E se não houver acordo? Vai prevalecer o veto norte-americano.



Eu quero encerrar no prazo. Agradeço à Força Aérea e a todos os representantes, na figura do Brigadeiro Baptista, porque, todas as vezes que demandamos, obtivemos pelo menos a boa vontade de esclarecimento. Eu não estava aqui na Comissão de Relações Exteriores quando houve o debate, eu posso ter vindo aqui, digamos, alternadamente, pois o tema é de interesse nacional.

Finalmente, vejam que não há nenhuma previsão no acordo de investimento. O acordo prevê que os Estados Unidos podem entrar no Brasil com seus equipamentos por onde quiserem e que o Brasil vai disponibilizar, digamos, aqueles que vão transportar, aqueles que vão descarregar, mas não poderá olhar. O Brasil só poderá olhar, mas sem documentar, com vigilância norte-americana.

Então, a ideia de que vai entrar dinheiro, digamos, pela Base de Alcântara não ficou claro, porque ninguém explicou. Foram colocadas estimativas na forma de desejo. Agora, só com aquilo que alguém apelidou, dizendo que não era aluguel, mas que foi quase um ato falho... Se entramos só com a Base de Alcântara, se não entramos nem com combustível, nem com veículo lançador, nem com satélite e estamos proibidos de desenvolver, como o Brasil vai arrecadar tanto dinheiro dessa massa prevista de até 350 bilhões de dólares ao ano?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Arlindo Chinaglia.

Na sequência, tem a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo; depois, o Deputado Aluisio Mendes.

O Deputado Coronel Chrisóstomo não está presente.

Passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE - MA) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, parabenizo toda a Mesa.

Da mesma forma que o Deputado Arlindo Chinaglia, eu tinha uma série de perguntas, e, pelo pouco tempo, vai ser impossível que os companheiros as respondam. Então, eu vou encaminhar as perguntas e espero as respostas depois por escrito, até porque seria impossível que cada um respondesse aos questionamentos que faço. Mas eu quero fazer algumas ponderações aqui.



Como maranhense e Deputado do Maranhão, vejo esse acordo como um grande prêmio, um grande alento ao meu Estado e ao Brasil. Sou não só defensor dele como um grande lutador para que ele seja aprovado nesta Casa.

Sou da Polícia Federal, e a minha primeira lotação, há 28 anos, foi no Estado do Amapá. Trabalhei durante mais de 6 meses na cidade do Oiapoque, que faz divisa com a Guiana Francesa. Conheci o início da base Kourou, porque, para ir do Oiapoque para Caiena, eu levava 1 hora e meia de carro e, para ir para Macapá, levava 7 horas. Então, eu passava os meus finais de semana em Caiena e passava sempre por Kourou. Assim, consegui ver o início da instalação da base de lançamento dos Ariane. Tive oportunidade agora, numa visita, acompanhado do nosso Presidente Carlos Moura e do Ministro Marcos Pontes, de ver novamente Kourou, depois de 28 anos. Sou testemunha viva do que era a cidade há 28 anos e do que ela é hoje, com o advento da base de lançamentos. Muitos colegas que foram até lá, embora não a tivessem conhecido antes da situação que viram agora, puderam perceber, pelo histórico da cidade e pela visita que fizemos, como aquela comunidade e aquele Estado pertencente à França se desenvolveram. Não há alguém que, conhecendo essa realidade, não queira que esse acordo seja celebrado o mais rapidamente possível. Ganha Alcântara, ganha o Maranhão e ganha o Brasil.

Apresento apenas alguns dados que saltam aos olhos: 83% da mão de obra empregada na base francesa é local, e os funcionários, que não são de baixa qualificação, são técnicos de alta qualificação formados nas universidades na cidade de Kourou, são quilombolas, como os maranhenses. A renda *per capita* hoje na cidade de Kourou é de 26 mil dólares, a maior da América Latina. Como alguém pode dizer que um investimento dessa natureza, que o advento de um projeto dessa natureza não trará benefícios astronômicos para Alcântara, para o Maranhão e para o País? Só diz isso quem não quer ver. A realidade está ali, palpável, visível. Quem conheceu a realidade, quem teve a oportunidade de ir a Kourou e discutir com os técnicos franceses, com o Prefeito da cidade, com os administradores e com povo daquela localidade só pode ser um grande defensor desse projeto.

Quando se discute a questão dos quilombolas do Maranhão, eu quero crer que eles são os maiores beneficiários deste projeto. Eles serão os grandes vencedores com a instalação deste projeto. Quem viu a comunidade de Kourou há 28 anos, onde as pessoas passavam necessidades, moravam em casas de taipa, e conheceu a cidade agora, meu Presidente —



atualmente estivemos lá —, sabe disso. Há um centro médico, numa cidade de 22 mil habitantes, que faz transplante, que faz cirurgia neurológica de alta complexidade. Há universidades de alta tecnologia e um serviço de assistência social comparado ao de países de primeiro mundo. É isso que se pretende fazer em Alcântara, no Maranhão e no Brasil.

Então, eu aqui quero acreditar que aqueles Deputados que ainda questionam a grande importância para o País desse projeto, com o tempo, irão ver a realidade e deixarão de botar tantas dificuldades a que esse projeto seja rapidamente instalado.

A questão da soberania foi plenamente discutida e pacificada aqui. Não se discute soberania com esse acordo. Nós estamos discutindo o grande crescimento econômico, financeiro e tecnológico do nosso País com a assinatura dele. E eu quero crer que esta Casa, esta Comissão, rapidamente, fará com que aqueles poucos Deputados que ainda hoje põem algum tipo de dificuldade vejam isso, para que nós possamos rapidamente sair dessa discussão e partir para esse grande prêmio, que é a localização da nossa base de Alcântara.

Eu vou encaminhar, Presidente, as minhas perguntas por escrito, para que as autoridades aqui presentes possam respondê-las no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Aluisio, interessante experiência essa de Kourou, de ter vivenciado de fato o crescimento da cidade.

Na sequência, tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida, que, com o tempo de Liderança, totaliza 6 minutos.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Inicialmente, bem-vindos, convidados.

Colegas Parlamentares, eu decidi fazer anotações, perguntas, inclusive para que eu possa encaminhá-las, mas eu vou ler também para não correr o risco de esquecer absolutamente nada.

Primeiro, eu quero deixar bem claro que eu sempre defendi a exploração comercial de Alcântara, sempre defendi, inclusive quando eu estava no Ministério da Defesa. Fiz esse debate lá com o Ministro Aldo Rebelo, na época já com o Governador do Maranhão, o Flávio Dino, que foi Deputado conosco aqui nesta Casa. Eu sempre defendi que o Brasil tenha o seu programa espacial, sempre. Um país que se quer soberano precisa ter o seu programa espacial, porque considero essa uma das maiores oportunidades, que ninguém deve abrir mão, nas questões de



ciências, tecnologias e inovações. Um país que abre mão de ter o seu programa espacial não tem noção do que tem pela frente.

Eu também sempre defendi que o Brasil lidere essa exploração de Alcântara, que o Brasil lidere, e sempre defendi que ele lidere com um leque de outros países, como o próprio Estados Unidos, a França, a China, a Índia e outros. Eu nunca defendi que se faça um acordo exclusivo com nenhum país. Para mim há uma diferença nisso. Mas, já que estamos para debater este acordo, faço as seguintes perguntas: por que o modelo de negócio escolhido foi com um único país? O que o Brasil ganha e o que o Brasil pode perder com isso? Qual a demanda de recursos para o Programa Espacial Brasileiro? Em se tratando de um acordo exclusivo, como é que fica o desenvolvimento do nosso programa em Alcântara?

Outra pergunta: de que maneira o Brasil pode participar do mercado de lançamentos espaciais — isso tem a ver com a primeira pergunta que eu fiz, porque eu tenho dúvidas sobre a nossa participação de fato no desenvolvimento do nosso programa —, sem que as questões de defesa e de soberania sejam afetadas?

Eu estou preparando inclusive o meu voto sobre esse acordo quando formos votar, porque eu levanto algumas preocupações sobre o acordo em si.

Qual seria o plano de negócios do Centro de Alcântara? Existe, de fato, um plano de negócios ou não se pensou nisso ainda? Estamos assinando um acordo sem pensar num plano de negócios? Se temos esse plano de negócios, que eu imagino que, ao assinar um acordo, já vislumbremos isso, qual o volume de lançamentos possíveis a serem realizados no primeiro ano, no segundo ano e no terceiro ano? Quanto isso poderia representar para o Brasil em reais ou em dólares, como queira?

Eu faço essas considerações porque, como falei aqui no início — na verdade, são três perguntas, um pouco subdivididas —, eu sempre tive preocupação com relação à Alcântara e sempre me perguntei como é que não priorizamos isso. Mas tenho algumas preocupações que estou botando no meu voto sobre o acordo em si, sobre a escolha de um único país.

Eu me lembro de que, quando eu estava no Ministério da Defesa, a França apresentou várias propostas, inclusive com parceria. Que eu saiba, a China nunca apresentou, porque me parece que não há interesse da China nessa exploração. Para eles não seria um bom negócio pela distância e tudo mais. O que haveria de economia de combustível, por exemplo, que é um



dos argumentos que há, para eles, isso iria por terra por conta da distância da China com relação à base, e a China está bem avançada nisso, com os espaços que tem e com os acordos com outros países.

Não é que eu não defenda com os Estados Unidos. Eu defendo que seja com um leque maior de países, porque, se nós podemos aproveitar a *expertise* dos Estados Unidos nesta área, por que não aproveitar a da França, por que não aproveitar a da Índia, como foi tão bem colocado aí? Então me incomoda fechar um acordo exclusivo da nossa área apenas com um único país, inclusive com algumas exigências que são colocadas.

Era isso que eu gostaria de ouvir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado, Deputada Perpétua.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Senhores, boa tarde.

A minha primeira pergunta é para o Sr. Benhur, que fala pelo Ministério das Relações Exteriores. Eu gostaria que o senhor indicasse qual é a modificação estrutural que há nesse acordo para o que tramitou no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, um Deputado Federal disse assim:

Senhor, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, ocorreu um episódio que considero o mais vergonhoso que já houve nesta Casa. Tivemos lá a presença de um cidadão, de nome Geraldo Quintão, que, por uma questão politiqueria, foi alçado à condição de Ministro da Defesa. Dos mais de 30 Parlamentares presentes, nenhum foi favorável à convalidação desse acordo pela nossa Comissão. E o Sr. Geraldo sustentou o tempo todo a posição própria do seu Governo e do governo americano de que deveríamos abrir mão de parte da nossa soberania para ganharmos alguns milhões de dólares por ano, não alugando o Centro de Lançamento de Alcântara, mas, na verdade, alienando-o.

Quem disse isso foi o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, naquela época.

Qual é a modificação estrutural que há no plano atual para o plano daquele período para o acordo?



A segunda pergunta eu queria dirigir ao Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior. O acordo pactua sobre a criação de áreas restritas, nas quais agentes brasileiros não possuem acesso sem autorização dos Estados Unidos. Isso está no art. 6º, § 6º. Mesmo a inspeção de contêineres ou de áreas controladas em que se encontrem veículos, espaçonaves ou equipamentos dos Estados Unidos, não vão poder se feitas sem consentimento e supervisão de participantes dos Estados Unidos. Está no art. 7º, § 2º.

Enquanto isso, o contrário não é verdadeiro. O art. 6º do acordo, em seu § 3º determina que o Brasil deve permitir livre acesso a qualquer tempo para os servidores do governo dos Estados Unidos às áreas controladas, áreas restritas e outros locais, que está também contido na proposta de acordo — estou aqui fazendo uma leitura daquilo que já está disposto — e que tais inspeções ou verificações poderão ocorrer sem aviso prévio.

Isso fere de morte a soberania brasileira. E eu pergunto ao Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, representando aqui o Ministério da Defesa, se o governo dos Estados Unidos faria a mesma coisa no seu território, se permitiria que representantes do Governo brasileiro tivessem acesso a todas as áreas de uma base ou de um espaço conjunto e, ao mesmo tempo, faria com que representantes do governo norte-americano, no seu território, não tivessem acesso a todos os espaços. Eu tenho certeza de que isso não ocorreria de maneira proporcional ou recíproca em relação ao Brasil.

É exatamente por esse motivo que eu gostaria de saber se o senhor contesta esses dados que foram aqui apresentados, que foram retirados do acordo formulado, e se o senhor refuta também a ideia de que esses artigos, cláusulas e parágrafos ferem de morte a soberania brasileira. Temos convicção de que ferem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Eu vou encerrar com um bloco de dez Deputados. Na sequência, vou seguir com os sete finais.

Seguindo a ordem aqui, o nono a falar é o Deputado Coronel Armando e o décimo é o Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra agora o Coronel Armando, que, acumulando o tempo de Liderança do Governo, tem o total de 12 minutos.

O SR. CORONEL ARMANDO (PSL - SC) - Sr. Presidente da CREDN, Deputado Eduardo Bolsonaro, Srs. Deputados, senhores convidados, Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista



Junior, representantes das diversas agências ligadas ao projeto de Alcântara, para mim é uma satisfação como militar do Exército participar desta audiência pública, que é muito esclarecedora para nós militares que sempre preservamos a soberania. Eu acredito que nenhum de nós aqui pensa em entregar a soberania do Brasil, como está sendo colocado dessa forma.

Antes de eu falar mais especificamente sobre o acordo, eu queria falar em relação a algumas palavras do Presidente Bolsonaro ditas em 1990. Nós vemos Parlamentares sempre com esse argumento. Mas eu vejo pessoas defendendo que preso pode ser recuperado, que estuprador, homicida, vai ser um bom cidadão, vai mudar ao longo do tempo.

O nosso Presidente evoluiu. Palavras que foram ditas há 20 anos são de uma pessoa que evoluiu e que mudou o seu pensamento. Então, a manutenção dessa âncora em anos passados é um discurso ideológico. Se o Presidente hoje é a favor do acordo ou é a favor de algumas mudanças, inclusive da reforma da Previdência, é porque ele evoluiu e está vendo hoje o problema do Brasil de forma diferente e não mais só política.

Na hora em que se exerce um cargo executivo, é preciso olhar as coisas com outros olhos, ver outros detalhes. Então, eu refuto todas essas argumentações sobre anos anteriores que prendem o Presidente ao passado. Ele já mudou. Ele é o Presidente do Brasil no ano de 2019, quando o País precisa fazer mudanças para se inserir no mercado internacional, propiciar mais justiça social e defender, aí sim, a sua soberania e o seu reconhecimento.

Com relação à Base de Alcântara, eu ouvi todas as manifestações. Tive, na minha carreira militar, a oportunidade de visitar o ITA, em São José dos Campos. Conheço a excelência da formação e da nossa indústria aeroespacial. Tenho certeza de que isso está agregado ao projeto de Alcântara, que eu tive a oportunidade de visitar em 1978, quando fui ao Maranhão, um Estado atrasado, muito atrasado, um dos Estados menos desenvolvidos do Brasil, que precisa de recursos para o seu desenvolvimento. Nós estamos falando de manter um Estado atrasado ou desenvolvê-lo por meio de uma política.

O Brasil é um dos poucos países que sempre conseguiu manifestar a sua soberania perante os Estados Unidos. Vamos lembrar a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos tiveram bases aéreas em Natal e em Recife. Ao término da guerra, se transferiram do Brasil. As instalações que ficaram hoje a Força Aérea usa. Nós tivemos um ganho com o que ficou desse material. O Brasil teve a capacidade de fazer os Estados Unidos saírem. Os Estados Unidos



não saíram de Diego García, e a Inglaterra está em Gibraltar. Em diversos países, eles ficaram. Mas o Brasil, por sua diplomacia e pela forma como se relaciona internacionalmente, conseguiu fazer um acordo.

Da mesma forma, o Brasil fez um acordo militar com os Estados Unidos. Recebia equipamento militar, até que o Presidente Geisel denunciou o acordo, em 1975, e o Brasil passou a desenvolver a sua indústria bélica, o que gerou a EMBRAER, a ENGESA e diversas empresas. Isso foi possível porque nós denunciamos um acordo com os Estados Unidos.

A forma como esse acordo pode terminar é uma denúncia. Eu perguntei qual era o prazo desse acordo. Não há um prazo. Eles estão investindo. Nós também. Mas, no momento em que o País denunciar o acordo, ele será rompido, e nós voltaremos a ter, então, controle total da região.

Nós temos um mar de 200 milhas. Foi durante o governo militar que nós ganhamos espaço de países de primeiro mundo. Conseguimos estender o nosso mar e hoje temos reserva de petróleo. Países que não queriam isso são de primeiro mundo, inclusive os Estados Unidos, que, à época, não defendiam a nossa tese. A nossa diplomacia venceu.

Na Antártica também o Brasil afirmou a sua soberania. Tem lá a sua projeção, com a Base Naval Comandante Ferraz. Isso também mostra que nós somos um país soberano. Então, a afirmação de que o Brasil não é soberano é muito relativa.

É claro que seremos muito mais potentes se tivermos Forças Armadas fortes. Esse é o nosso papel aqui. Eu falo isso porque conheço o projeto do submarino nuclear que a Marinha vem desenvolvendo há anos. Não há recurso para concluí-lo, e nenhum país quer investir dinheiro para que tenhamos um submarino nuclear, o que aumentaria a projeção de poder do Brasil.

Em Alcântara, houve aquele acidente lastimável em 2003, em que morreram vários cientistas. Parou o nosso programa espacial. Se não tivesse acontecido aquilo, nós poderíamos ser hoje um dos países com capacidade de lançamento de foguetes.

Eu digo para vocês: na minha visão de militar, daquele que jurou defender a Pátria em qualquer situação, com o sacrifício da vida, esse acordo é favorável, sim, ao nosso País. A questão da soberania vai ser discutida. É claro que há pontos a serem ajustados, e esse é o papel da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional.



Esse acordo tem que ser aprovado. Nós temos a certeza de que a visão que está por trás dele é o desenvolvimento e a melhoria das condições do nosso País, além do seu reconhecimento por ingressar em um seleto clube de países que conseguem fazer lançamento de satélites.

Presidente, agradeço a todos os palestrantes.

Passo o que sobrar do meu tempo para outro Deputado do Governo.

Eu encerro com a nossa frase: "*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Muito obrigado, Deputado Coronel Armando.

Na sequência, falará o Deputado Hildo Rocha, Relator da matéria aqui na CREDN. Será o último orador antes de uma rodada de respostas dos convidados.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro, Presidente da CREDN, a quem saúdo. Saúdo os demais componentes da Mesa, que fizeram belíssimas exposições. Cumprimento os colegas Deputados e Deputadas e saúdo o Deputado Rubens Bueno, autor do requerimento.

Com esta audiência, fiquei ainda mais ciente de que é necessário aprovar de forma rápida o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas para uso comercial da Base de Alcântara.

Depois das exposições, eu vejo como Deus é generoso com o Brasil, já que nos deu um povo bom, terras agricultáveis, clima bom, localização fantástica, que nos propicia ter uma das melhores bases de lançamento de foguete. Isso é muito bom. O que atrapalha o nosso desenvolvimento são homens e mulheres que colocam dificuldades até para que possamos criar empregos, oportunidades para os brasileiros, como foi dito aqui.

Fala-se muito em preconceito. Será que se essa base não fosse no Nordeste brasileiro, fosse em São Paulo ou no Rio de Janeiro, algumas pessoas estariam contrárias ao acordo? Com certeza, não estariam. Tenho absoluta certeza de que há um preconceito muito grande com o fato de essa base está lá no Maranhão. Eu vejo isso, inclusive por parte de alguns membros desta Comissão. Meu avô me ensinou que o nome é que faz a fofoca. Por isso, não vou dizer os nomes. Mas, na minha cabeça, entendo que essas pessoas têm preconceito com o Maranhão, não querem deixar o Maranhão se desenvolver. E o desenvolvimento do Maranhão passa, sem dúvida nenhuma, Sras. e Srs. Deputados, por esse acordo.



Peço até a misericórdia de Deus, para que olhe a situação com carinho, porque ser contra por ser contra não vai ajudar a desenvolver o Brasil. Sinceramente, vejo esse olhar, essa interpretação inócua que está sendo feita até de forma maldosa para levantar uma tese, levantar um discurso contra a aprovação desse acordo.

Como disse aqui a Andreia e como já disse o Ministro Bemquerer, do TCU, Alcântara não existe sem o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos, porque eles detêm 80% da tecnologia que se usa em foguetes e satélites. Sem o acordo, nós não vamos dominar essa tecnologia. E cadê a nossa soberania nessa área, como disse o Julio? A Índia foi atrás e hoje pode tranquilamente dormir o sono da paz que não terá interrompidos os serviços bancários, nem fechadas as rodovias, nem cortada a energia, porque ela domina a tecnologia. Também nós temos a nossa bandeira bonita ali dentro, mas não podemos ter isso porque há um preconceito contra o Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Hildo.

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/PTB - MA) - Presidente Eduardo, como Líder, posso usar da palavra rapidamente? Não estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Deputado Lucas, encerraram-se as inscrições quando do término da palavra dos expositores. Vamos fazer o seguinte, Deputado Lucas: vou me informar melhor com a Secretaria sobre os nossos procedimentos em acordos firmados no início do ano e lhe darei uma resposta mais certa, informalmente, por fora, pelos bastidores mesmo.

Passo a palavra, vindo da direita para a esquerda da mesa, ao Sr. Julio Hideo Shidara, Diretor-Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil, pelo tempo de 5 minutos, com mais 1 minuto para a conclusão.

O SR. JULIO HIDEO SHIDARA - Tenho aqui vários tópicos que poderão ser melhor endereçados pelos demais componentes da Mesa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Diretor Julio, V.Sa. se incomoda se eu passar a palavra, primeiro, ao Sr. Carlos de Almeida Baptista Junior, Tenente-Brigadeiro do Ar, e, na sequência, o senhor retoma a palavra? Tudo bem?

O SR. JULIO HIDEO SHIDARA - Pois não. Tudo bem.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado.

Com a palavra o Tenente-Brigadeiro Carlos de Almeida.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR - Obrigado, Deputado. Vou tentar endereçar todas as questões relacionadas ao acordo, deixando toda a parte comercial de viabilidade econômica tanto para a AIAB quanto para o Presidente da Agência Espacial.

Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno. Vou devolver as respostas às suas questões de maneira célere. Vou deixar que o Carlos Moura fale sobre a base de dados, para a justificativa. O senhor tem dado todo apoio para esse nosso acordo, pelo que deixo aqui os nossos agradecimentos.

O senhor e a Deputada Perpétua citaram o acordo da China que, vamos deixar claro, é o Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos para utilização da tecnologia norte-americana. Pode ser que, lá na frente, numa negociação comercial com a China, ela exija fazer um acordo para nos passar sua tecnologia. Nós não estamos falando aqui sobre acordo comercial. Este é um Acordo de Salvaguardas. Vou dar um exemplo: digamos que amanhã venha uma empresa da Itália querendo alugar Alcântara, como foi citado aqui; nós faremos um contrato comercial de cessão onerosa da base para alugá-la para a exploração de serviços. Nós já fazemos serviços até para a França! O nosso Centro de Alcântara e o da Barreira do Inferno fazem o acompanhamento dos foguetes que são lançados lá em Kourou, e o Brasil cobra para isso. Ou seja, o AST não trata de comércio, de acordo comercial, ele abre a porta.

Então, Deputada Perpétua, pode ser que amanhã, ao lançar... Eu tenho aqui um acordo, que foi firmado entre os Estados Unidos e a China, para um foguete dos Estados Unidos colocar em órbita um satélite da China, porque os dois países assinaram o acordo para garantir que a tecnologia de ambos não fosse transportada para terceiros. É possível então que, no futuro, um ou outro país exija de nós Acordos de Salvaguardas para a tecnologia deles, seja da China, da Rússia, da Itália ou de qualquer outro país.

Deputado Eduardo Braide, muito obrigado pelo apoio total que o senhor empenha para esse acordo do Estado brasileiro.

Deputado Loester Trutis, realmente não tem cabimento que nós aqui, fardados ou não, questionemos a soberania. Os profissionais do MRE, do MCTIC e da Defesa que se reuniram para



negociar esse acordo logicamente têm também a mesma preocupação com a soberania apresentada por muitos dos senhores.

Custo de manutenção hoje do Centro de Alcântara. Com relação ao pagamento de pessoal, temos lá cerca de 700 militares e civis a um custo de cerca 40, 45 milhões de reais por ano, e o custeio é de 20 milhões. Esses dados são sempre muito difíceis, por conta das fontes de recursos que são da Agência Espacial Brasileira e do Ministério da Defesa.

Deputado Coronel Tadeu, muito obrigado também pelas suas percepções da capacidade do CLA para alavancar a nossa economia e a nossa sociedade.

Deputado Arlindo Chinaglia, eu tenho tido a oportunidade de discutir com o senhor abertamente sobre essas cláusulas que endereçou. Vou tentar esclarecer cada uma delas.

No artigo sobre a utilização de recursos, a cláusula terceira inicia com o seguinte texto: *"Em conformidade com obrigações e compromissos assumidos pelo Brasil"*. Então, o Brasil é aderente ao MTCR. Em conformidade com isso, ou seja, estando ou não escrito, o Brasil está vetado — e o senhor não leu a cláusula inteira — a Veículos de Lançamento Categoria I. Isso quer dizer que nós aceitamos esse recurso, diferentemente do que era em 2000, quando os recursos sequer poderiam ser utilizados para o desenvolvimento do nosso programa espacial. Essa foi uma cláusula que sofreu uma mudança substancial de 2000 para cá. E só foi mantida a proibição de usar os recursos para lançadores de categoria I do MTCR. O Brasil já se proíbe a isso no momento em que é aderente ao MTCR, desde a década de 1990, com esse tipo de recurso.

Se o senhor quiser pegar o recurso do seu orçamento para desenvolver esse tipo de lançador... E o que é esse lançador? É aquele que, acima de 300 quilômetros, leva uma carga útil acima de 500 quilos. Essa é a categoria que consta aí. Então, foi a única restrição que ficou. O senhor pode investir na Agência Espacial, nos nossos centros de pesquisa e gerar o nosso próprio programa espacial. Essa é a restrição que se manteve, de acordo com o que já aceitamos do MTCR.

Acordos vinculantes. Como eu disse, é possível que, ao fazermos acordos comerciais com outros países — e a representante do TCU deixou isso muito claro —, um dos problemas de nosso acordo com a Ucrânia é que não houve uma triangulação entre as garantias do Brasil, dos Estados Unidos e da Ucrânia. O senhor viu ali que nós fizemos um Acordo de Salvaguardas com a Ucrânia, que, por sua vez, tem um Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos. Então, esse



tipo de acordo vinculante não está fora do escopo, porque pode ser que os Estados Unidos tenham licenciado algum equipamento — e volto ao caso da China — e exijam que, nesse nosso acordo com a China, sejam respeitados os princípios desse acordo aqui.

Logicamente, quando um país senta à mesa de negociações, ele tem um peso, tem interesses; e o outro país também tem. Se não fosse assim, nós teríamos apenas um texto para todos os acordos. Eu disse que buscamos, na Nova Zelândia, na Rússia, na China, muitas das cláusulas que nós importamos. O senhor mesmo me endereçou uma delas sobre dados técnicos há cerca de 2 meses. Aquela cláusula foi importada do acordo com a Nova Zelândia. Então, é a isso que se referem acordos vinculantes. E é sempre somente no caso de estarmos falando de tecnologia norte-americana. Não há acordo vinculante se eu fizer um acordo comercial com a China para usar a tecnologia chinesa, e não a americana.

Como eu coloquei naquele primeiro eslaide, no caso de outros países que vão fazer comércio conosco — isso aqui não é comércio, nós vamos fazer acordos comerciais —, se não estivermos falando de tecnologia norte-americana, não há que se falar inclusive nesse acordo aqui. É uma relação comercial e soberana do país com outro país qualquer. Vale lembrar que 80% de todo o mercado é norte-americano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Brigadeiro, eu sei que são várias questões, e o tempo é muito curto para responder todas elas. Mas lembro ao senhor que, ao final, será dado um tempo muito mais generoso, que será acumulado com as considerações finais. Existem outros Deputados querendo fazer suas perguntas também, e provavelmente eles têm seus afazeres.

Na sequência, passo a palavra ao Diretor Julio Hideo Shidara, também pelo tempo de 5 minutos, tendo 1 minuto de tolerância para a conclusão.

O SR. JULIO HIDEO SHIDARA - Muito obrigado, Deputado Bolsonaro.

Na realidade, não existe nenhum tópico que seja endereçado diretamente à área de atuação da AIAB, mas quero trazer uma contribuição para os temas levantados aqui.

Eu ouvi o Deputado Rubens Bueno fazendo uma pergunta a respeito da metodologia, um palestrante citando uma estimativa e a Deputada Perpétua se referindo ao plano de negócios. É muito difícil traçar aquilo que, de fato, pode vir a acontecer. Eu coloco aqui uma frase que o engenheiro Carlos Moura disse: *"Nós estamos diante de uma janela de oportunidades, senhores"*. E



a janela de oportunidades tem uma duração temporal. Se perdermos o bonde da história, quando todas as dúvidas estiverem esclarecidas em termos de planos de negócios e possibilidade de arrecadação, a janela poderá ter passado. Então, creio que devemos estar atentos para a questão da janela de oportunidades.

Não podemos esquecer também que, como bem citou o Deputado Loester, desde a época da missão espacial completa brasileira, é uma decisão estratégica do País atuar nos três segmentos do programa espacial: centro de lançamento, veículo de lançamento e satélites. Então, já é uma decisão estratégica. Se não explorarmos isso comercialmente, aquilo vai continuar parado até que tenhamos condições de lançar pelo contribuinte brasileiro. Portanto, creio que, mesmo que não seja lucrativo, isso vai diminuir os recursos do nosso orçamento para poder manter e atualizar aquele centro de lançamento para as necessidades do nosso programa espacial brasileiro.

Há outro detalhe importante que não fiz menção direta nas minhas conclusões. Semelhantemente ao que acontece em aeroportos, que são um indutor de desenvolvimento do entorno onde eles se instalam — a exemplo do que aconteceu com a indústria aeronáutica em São José dos Campos e, como citado aqui, em Kourou e em centros, como o Kennedy Space Center, na Flórida —, certamente isso será um indutor também para a região de Alcântara. Agora, estimar de que forma e em que prazo isso vai acontecer realmente é apenas expectativa. Só a história vai comprovar essas expectativas que estamos colocando aqui.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Diretor Julio.

Na sequência, da direita para a esquerda, passo a palavra para o Presidente da AEB, o Sr. Carlos Moura.

O SR. CARLOS MOURA - Obrigado, Deputado.

Eu queria agradecer a todos os Deputados e à Deputada Perpétua Almeida, que certamente vão nos ajudar a entender muito melhor do que trata esse acordo e quais são as perspectivas.



Para colaborar com a rapidez do debate, vou-me ater apenas a algumas das perguntas que ainda não foram tão abordadas. A primeira é a do Deputado Rubens Bueno, que perguntou quais foram as fórmulas de cálculo.

Basicamente, Deputado, existem duas maneiras de fazermos isso. Uma seria de cima para baixo, pegando-se o tamanho do mercado e estimando-se percentuais que se poderiam abocanhar desse mercado. Essa é a que eu considero mais frágil. A outra seria de baixo para cima, verificando-se em Alcântara quantos sítios de lançamento se poderiam ter e de que nível — por exemplo, pequeno, médio ou grande porte —, e também estimando-se, através de valores que já são conhecidos no mercado, quanto se poderia cobrar dessas operações de forma crescente. Obviamente, não vamos começar como em Kourou, que já faz mais de 12 ou 15 lançamentos por ano. Nós começaríamos com 3, 4 ou 5, até um limite operacional. Então, nós temos essas estimativas, e elas convergem. É por isso que temos segurança quanto a essa faixa de valores, mas certamente vamos lhe mandar uma resposta mais detalhada sobre isso.

Com respeito à bela explanação do Deputado Arlindo Chinaglia, eu gostaria de esclarecer um aspecto que não foi abordado pelo Brigadeiro Baptista Junior, que é a respeito de onde realmente ganharíamos alguma coisa. Vamos supor que uma empresa qualquer chegue à Alcântara, use o serviço e vá embora. O que fica? Nós temos, entre outras, operações mais simples, como aquelas em que um foguete é lançado de aeronave. Ele já pode vir completamente pronto do seu país de origem, pousar em Alcântara e fazer todos as checagens finais de segurança, de comunicação. Mas tem que haver a autorização para lançamento, e é bom que isso fique sempre claro para todos. O Estado lançador é o Brasil, e só o Brasil autoriza um lançamento ou não. É muito parecido com aeroporto, onde só a torre de controle autoriza a decolagem, seja de avião sul-africano, russo ou americano. Então, a autorização é do controle do centro. Aí é feito o lançamento. Nesse caso, o que fica? Qual é o serviço envolvido? São os serviços de rastreamento: os serviços de segurança de voo, o rastreamento feito com os radares, com a telemetria, o sistema de terminação de voo, provavelmente todo o sistema de filmagem do que aconteceu, os relatórios depois de onde foi feita, por exemplo, uma injeção em órbita. Então, é um serviço técnico, chamado de serviço de lançamento. Mas, mesmo que seja uma aeronave como essa, que use pouco o serviço de logística do centro, provavelmente vai precisar de abastecimento, vai precisar de alguns dias de hospedagem e comunicações. Existe sempre uma



parcela do serviço que é de apoio logístico. Vejam que estou falando da operação mais simples, que é aquela que estávamos pensando em fazer em 2000 e que já existe empresa agora querendo fazer em um futuro próximo.

Existem outros lançamentos em que a empresa se instala realmente em Alcântara e monta uma estrutura própria. Nesse caso, tudo o que ela puder usar dos meios locais e não precisar trazer do exterior é vantagem para ela, a começar dos propelentes. Se eu posso usar um propelente produzido no Brasil, vou trazer do exterior para quê? Gases é uma coisa que se usa muito nos lançamentos. Usam-se gases dos diversos tipos: para limpeza, combustível,... Isso viria das nossas indústrias. Graças a Deus, nós temos o parque de São Luís, Belém e Fortaleza, que certamente vão nos abastecer. Todos os outros serviços técnicos associados viriam da mão de obra associada.

Para dar um exemplo concreto para o senhor, no caso da Ucrânia, de 2009 para 2010, o então Diretor-Geral ucraniano me pediu que eu estudasse com o DCTA, lá em São José dos Campos, qual o percentual de mão de obra técnica o Brasil poderia aportar para Alcântara, para evitar que ele tivesse que trazer cerca de 300 pessoas da Ucrânia — que era o que eles estimavam na época para poder fazer voar um veículo de 200 toneladas. Então, é mais ou menos essa a ordem de grandeza. Nós podemos ter lançamentos que envolvem equipes de 20 ou 40 pessoas e equipes de 300 pessoas ou mais. Mas tudo o que puder ser feito em Alcântara vai aproveitar a mão de obra local. Como bem citou o Deputado Aluisio, é o que observamos em Kourou. Eles começaram a investir pesadamente na formação da mão de obra local, porque isso simplifica terrivelmente. A mão de obra local já está adaptada ao terreno, já come camarão, já não tem problema com o Sol... *(Risos.)*

Então, fica tudo muito mais simples. De fato, é isso, não há aquele caso de alguém só chegar e usar. Na verdade, no mínimo, eles vão ter que usar os nossos sistemas de rastreamento, de segurança de voo, de documentação técnica e coisas do tipo.

A Deputada Perpétua Almeida fez uma série de perguntas, mas eu destacaria aquela em que ela pergunta qual é a demanda de recursos para o programa espacial brasileiro. Quando vemos a série histórica, observamos que o nosso programa foi sendo desidratado ao longo do tempo. Hoje, se nos compararmos com outros países — e não precisamos falar de Índia, de China, de grandes programas, basta olhar os nossos vizinhos, Peru, Argentina, Chile, até o



Paraguai, que já criou uma agência espacial —, vemos que os nossos vizinhos estão crescendo. E o nosso orçamento, que já era pequeno, era da ordem de 300 milhões de reais por ano — ou seja, muito pouco para o que precisamos fazer —, hoje é cerca de metade disso. Então, nós precisamos, no mínimo, recompor um orçamento básico, para manter o que já temos e, a partir daí, investir em coisas maiores. Menos de 1 bilhão de reais para fazer projetos realmente é muito pouco. Nós não temos hoje nenhum projeto nosso que dependa de financiamento exterior. Isso sempre foi feito com o nosso recurso, porque nenhum outro país vai querer investir em projeto nosso. No fundo, é isso. Nós temos que realmente investir concretamente naqueles projetos que vão nos dar mais autonomia.

A Deputada também perguntou qual seria o plano de negócios para Alcântara e fez uma série de perguntas, mas basicamente eu responderia para ela o seguinte: nós precisamos desenvolver a sustentabilidade do nosso programa, em especial, de Alcântara. Então, no mínimo, é preciso pagar as contas. Esses valores que o Brigadeiro falou precisam ser cobertos. Precisamos aprimorar a qualidade técnica daquela equipe. A partir daí, sim, podemos pensar em possíveis lucros.

Concluo me dirigindo ao Deputado Hildo Rocha. Eu queria fazer um preito aqui, Deputado, ao que o Maranhão conseguiu lá nos anos 80 com a Alumar, com a Vale, com a ELETRONORTE e com Itaqui. São exemplos concretos de um investimento concentrado, um foco de investimento na região, que alavancou toda aquela capacidade que vemos hoje em São Luís. Os nossos vizinhos têm Kourou, em Caiena, e eu tenho certeza de que eles adorariam ter uma cidade, um parque industrial, com uma capacidade científica e tecnológica como a que temos em São Luís.

Faço também uma homenagem aos nossos funcionários do CLA. Para aqueles que não sabem, para começar o CLA foram contratados cerca de 30 técnicos engenheiros formados na antiga Escola Técnica Federal e na Universidade Federal do Maranhão. Eles são o coração do centro. Já se passaram mais de 30 anos, mas são eles que sustentam a cultura do centro. E é isso que precisamos repetir agora. Então, o Maranhão é capaz, sim, e vai dar essa resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Presidente.

Na sequência, por favor, o Sr. Benhur Viana tem a palavra.



O SR. BENHUR VIANA - Vários Deputados aqui mencionaram a questão da soberania, e essa é uma questão importante. Pudemos ouvir nas explanações e recordar que países como a China, que tem uma história de concessões territoriais no século XIX e no século XX; ou como a Rússia, que teve seu território invadido em inúmeras ocasiões, assinaram acordos de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos e têm programas espaciais altamente desenvolvidos. A China, especificamente, deu um salto no seu programa espacial nos últimos 30 anos ou 35 anos. Salvo engano, eles têm um acordo assinado com os Estados Unidos desde 1988.

Então, essa questão da soberania é importante, mas o Brasil não deixa de ser um País soberano porque assina um acordo aprovado aqui pelo Congresso Nacional, que exerce as suas prerrogativas constitucionais. Trata-se de um acordo com disciplinas muito específicas que salvaguarda tecnologia que é reconhecidamente estrangeira — nesse caso, com os Estados Unidos. Mas já temos um acordo em vigor com a Ucrânia com esse tipo de disciplina.

E aí, voltando à pergunta do Deputado Glauber Braga, não tenho o acordo de 2000, mas posso mandar um quadro comparativo. Agora, muito de memória, eu lembraria que o acordo anterior apresentava várias segregadas, enquanto o atual apresenta áreas restritas e controladas, com disciplinas relativamente diferentes; há algumas modificações em relação ao controle de acesso; há necessidade de informar sobre material danoso ao Brasil; há procedimentos para identificação de pessoal, com os crachás; há a possibilidade de abertura de contêineres e participação de pessoal brasileiro no descarregamento. Mas, enfim, podemos mandar para esta Comissão um quadro comparativo em relação ao acordo de 2000 e o acordo atual.

E, em relação ao ponto que foi tocado sobre a verificação sem aviso prévio, esse dispositivo também se encontra no acordo em vigor com a Ucrânia. Lá também existe a possibilidade de verificação, que é avisada previamente. Mas também existe a possibilidade de verificação sem aviso prévio. Isso também já foi aprovado, e o acordo encontra-se em vigor. Agora, seria um segundo AST com os Estados Unidos.

Eu vejo este momento de debate e de possível aprovação do acordo como um momento que, talvez, relembre um pouco a formação da nossa indústria automobilística e também de todo o nosso parque industrial em São José dos Campos, com a criação do CTA, nos anos 50, e o crescimento da Embraer, a partir dos anos 90.



Então, lembrando um pouco da história das últimas décadas do Brasil, do nosso desenvolvimento, da capacidade produtiva da nossa indústria automobilística e também da nossa indústria de aviação civil, é possível que o Brasil possa desenvolver esse mercado de lançamentos e de serviços de alto valor agregado no setor aeroespacial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Sr. Benhur.

Na sequência, para responder aos Parlamentares, concedo a palavra à Sra. Andreia Rocha Bello de Oliveira, representante do TCU.

A SRA. ANDREIA ROCHA BELLO DE OLIVEIRA - Obrigada, Presidente.

Não houve perguntas dirigidas à minha pessoa, mas eu gostaria apenas de registrar que o TCU não adentrou nos termos do Acordo de Salvaguarda, mesmo porque, na ocasião em que fizemos a auditoria, o acordo não tinha sido aprovado pelo Congresso. Então, o Tribunal não fez nenhum juízo de valor a respeito dos termos do acordo.

Eu acho válida esta discussão, este debate, para chegarmos à melhor redação, que seja mais vantajosa para o Brasil.

Mas só quero deixar registrado que o TCU não analisou isso. O que verificamos é que o acordo era condição necessária para qualquer operação comercial no Centro de Lançamento de Alcântara, em virtude da impossibilidade de o Brasil obter acesso a tecnologias americanas nessas operações comerciais e do fato de os Estados Unidos serem um ator importante no mercado. Sabemos que 80% dos satélites contêm tecnologia americana. Então, foi isso que o TCU identificou e deixou claro.

Agora, eu percebi que os Srs. Deputados adentraram mais na questão da política espacial brasileira. Achei superinteressantes as colocações, os questionamentos. E são questões que, acho, devem ser realmente discutidas, até para, como eu coloquei aqui na apresentação, confirmar a necessidade de melhorarmos o planejamento, o processo de formulação de políticas, de forma a minimizar riscos, de desvios ou até de má utilização de recursos públicos. É só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito.

Retornaremos, então, a palavra aos colegas Parlamentares.



Pela Liderança do PTB, concedo a palavra ao Deputado Pedro Lucas Fernandes. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/PTB - MA) - Obrigado, Presidente Eduardo.

Quero cumprimentar rapidamente aqui o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista Junior; o Carlos Moura, nosso Presidente da Agência Espacial Brasileira, também cumprimentando todos os representantes que compõem a Mesa.

Eu não tenho perguntas, até porque já participei de várias reuniões técnicas. Fui até Kourou e também conheço bem Alcântara, assim como o CLA.

Venho da Frente Parlamentar para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara e aqui aproveito para fazer a lembrança do ex-Governador José Reinaldo Tavares, que também foi Presidente dessa Frente. Ele lutou muito para que chegássemos ao dia de hoje, quando podemos debater o tema de forma bem oportuna.

E eu quero ratificar tudo aquilo que os Deputados maranhenses falaram, Presidente. Temos uma oportunidade única no Maranhão. E aqui respondo ao Deputado que falou que Maranhão é muito pobre: é sim, mas temos a oportunidade única de tirar esse Estado de uma vez por todas desses índices ruins. E a melhor política social que existe é gerar trabalho, emprego e renda. Não existe melhor política social.

Então, o que vejo nisso tudo, Deputado Hildo? Vejo que podemos tirar esse preconceito, realmente, com o Maranhão, com o Nordeste, e podermos aprovar um acordo de salvaguardas tecnológicas que não vai alavancar só Alcântara, no Maranhão; estamos tirando o Brasil do escuro, estamos possibilitando ao Brasil, que tanto tem vantagens nesse mercado, desenvolvimento nessa área. Ninguém aqui está falando mais de soberania. Aquele acordo de 20 anos atrás já foi superado.

E aqui, conversando com o Deputado Aécio Neves, S.Exa. nos lembrou bem: temos que construir um ambiente favorável para levarmos ao Plenário uma oportunidade para o Brasil.

Não estamos falando aqui, Deputada Perpétua, se V.Exa. me permite, de Governo A ou B. Talvez, esse seja um dos poucos temas em que o Governador Flávio Dino votará junto com o Presidente Bolsonaro, porque os dois, não tenho dúvida, são a favor do Maranhão e do Brasil.

E nós passamos por isso: está nas mãos desta Comissão, deste Congresso, a possibilidade de trazer para o Brasil um avanço tecnológico.



Deixo aqui o registro dessas ponderações.

O Brasil tem pressa, o Maranhão tem pressa, e Alcântara tem pressa.

Eram essas as minhas palavras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Pedro Lucas.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Aécio Neves que, com tempo de Liderança acumulado, terá um total de 8 minutos.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB - MG) - Sr. Presidente; senhores convidados que nos honram aqui com suas presenças e suas competentes manifestações; meus colegas da Câmara dos Deputados; senhoras e senhores; quem fala mais ao final de uma reunião como esta sempre corre o risco de ser excessivamente repetitivo. Então, vou privá-los ou poupá-los de perguntas recorrentes em audiências como esta, para fazer uma análise, em um primeiro momento, um pouco mais política ou procedimental, Deputado Eduardo, e farei, ao final, duas ou três indagações mais objetivas. E faço isso com a tranquilidade de quem considera esta não uma questão de Governo, mas uma questão de Estado, tanto que lutamos por isso há muito tempo. Se dependesse de mim e de muitos outros Parlamentares desta Casa, nós teríamos assinado um acordo de salvaguardas com os Estados Unidos no ano de 2001, em razão do acordo firmado aqui em 2000, que poderia, no interregno de 1 ano, ter sido aprovado por esta Casa.

Eu acompanhei muito de perto as negociações naquele tempo e os equívocos que nós cometemos. Então, eu me vejo até no dever, Presidente, de chamar a atenção para alguns desses equívocos, obviamente para que não incorramos nos mesmos erros. E acompanhei muito de perto porque era eu o Presidente da Câmara dos Deputados naquele momento, quando, no Governo do Presidente Fernando Henrique, foi assinado esse acordo com o Ministro Sardenberg e com Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

A proposta chegou a esta Casa. Eu me lembro que o Presidente Fernando Henrique tinha um empenho enorme para a aprovação desse projeto e me chamou pessoalmente para discuti-lo com Presidente desta Comissão, à época o Deputado Hélio Costa. Designamos, de comum acordo, o Deputado Waldir Pires, grande Parlamentar da Bahia, para relatar a matéria nesta Comissão, mas ela passava por outras duas comissões. E seria necessário que a proposta passasse por três Comissões até que chegasse ao Plenário, inclusive a Comissão de Ciência e



Tecnologia, cujo Relator à época está presente hoje, Deputado José Rocha, nosso companheiro desta comissão. Era S.Exa. o Relator à época, e o Deputado Zenaldo, se não me engano, meu companheiro de partido, do PSDB, era o Relator na CCJ.

E o que ocorreu? Não tivemos, talvez, a dimensão que estamos tendo agora de proporcionar ao Parlamento discussões como esta, que são absolutamente necessárias, elucidativas. Elas buscam sanar dúvidas e questionamentos que são absolutamente naturais nesta Casa.

Por isso, eu saúdo esta reunião; o Deputado Rubens, que foi o proponente; o Deputado Hildo Rocha, enfim, todos aqueles que concordaram com esta reunião, pois de nada adianta aprovamos — seja amanhã, na semana que vem ou no dia que for — nesta Comissão o acordo, e acontecer o que aconteceu lá atrás: ele foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores; foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia; e não foi aprovado, Deputado Pedro Lucas Fernandes, na Comissão de Constituição e Justiça, não chegando sequer a ir a Plenário.

Portanto, foram 19 anos perdidos. E por quê? Por falta de articulação ou de capacidade de convencimento.

Eu chamo atenção — e mais uma vez repito — para o fato de que essa é uma questão que tem que ser tratada, como disse aqui o Deputado Pedro Fernandes, como uma questão de Estado, e não de Governo.

Permita-me, Deputado Eduardo, dizer que tenho sentido a ausência de alguma referência, pois até hoje não ouvi nenhuma — e vejam, inclusive, que não sou correligionário dele —, ao esforço que fez o Governo Temer, em 2016, para retomar essas negociações. Aqueles que participam mais diretamente desse processo sabem disso. Essa é mais uma informação importante, para que possamos tratar o assunto sem qualquer tipo de preconceito, seja ele regional, que eu sinceramente não acredito que ainda possa existir nesta Casa, seja ele de ordem política ou mesmo ideológica. Naquele momento, faltou uma discussão mais aprofundada sobre questões que voltam hoje à luz do dia, voltam hoje a ser discutidos nesta Comissão.

Eu fiz aqui um arrazoado muito rápido para lembrar quais foram os obstáculos para que essa matéria tivesse aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e, depois, no Plenário: o fato de o acordo entregar áreas do centro de lançamento de Alcântara ao exclusivo controle dos Estados Unidos; o fato de o acordo permitir aos representantes dos Estados Unidos a realização



de inspeções sem qualquer aviso prévio ao Governo brasileiro — esses foram os pontos levantados para impossibilitar a aprovação do acordo há 19 anos; o fato de que os crachás para adentrar as áreas restritas serem emitidos unicamente pelo Governo dos Estados Unidos; o fato de a alfândega brasileira ficar impedida de inspecionar as remessas de material dos Estados Unidos que ingressassem no território nacional e fossem destinadas a Alcântara; a proibição expressa feita pelo Governo dos Estados Unidos para que os estadunidenses prestassem qualquer tipo de cooperação tecnológica no sentido do desenvolvimento de tecnologia aeroespacial brasileira; a salvaguarda por meio da qual o Governo dos Estados Unidos poderia proibir que o Brasil lançasse satélites de nações desafetas aos Estados Unidos, ou seja, poderia vetar o uso da base para outros assuntos do seu interesse que não fossem da concordância dos Estados Unidos.

Eu não tenho a capacidade de prever o futuro, mas certamente serão esses os temas que voltarão a ser discutidos, sobretudo pelo Plenário, por Parlamentares que não têm a obrigação de estar aprofundados nessa questão, como têm os Parlamentares desta Comissão, porque o tema é afeito a ela. Portanto, a sugestão que eu já havia feito ao Presidente Eduardo e aos membros desta Comissão é que não nos preocupemos com o hoje e com o amanhã, mas com a garantia de um clima propício na Casa para a aprovação final pelo Plenário, para não correremos o risco de levar essa matéria ainda pouco discutida ao Plenário e de sofrer um revés que poderá nos levar a mais 19 anos de atraso. Essa é a nossa preocupação principal.

Acho que é necessário, como disse o Sr. Benhur, que se aprofunde a discussão. Vou na linha do que disse o Deputado Glauber. É importante que fiquem claras as modificações objetivas, se elas realmente existem, entre o acordo de 2000 e o acordo de agora. Eu já tinha o convencimento, em 2000, de que era importante aprovarmos o acordo. É preciso que nós no Parlamento brasileiro saibamos de forma clara se algumas modificações sanaram — eu imagino que algumas, sim — ou amenizaram as restrições ao acordo anterior.

Há um tempo, foram tornados públicos alguns documentos que mostram que em 2009, anos depois da assinatura do acordo entre Brasil e Ucrânia, houve uma manifestação da Ucrânia ao Governo dos Estados Unidos pedindo que eles retirassem a desaprovação ao acordo entre Brasil e Ucrânia. Eu não entro no mérito dos benefícios do acordo — eu acho que foram muito poucos, se é que existiram. Mas um documento que foi tornado público pelo Departamento de



Estado norte-americano dirigido à embaixada dos Estados Unidos no Brasil dizia, na época: *"Queremos lembrar às autoridades ucranianas que os Estados Unidos não se opõem ao estabelecimento de uma plataforma de lançamentos em Alcântara, contanto que tal atividade não resulte na transferência de tecnologias de foguetes ao Brasil"*. Houve alguma modificação nesse pensamento, nesse sentimento dos Estados Unidos em relação à manifestação oficial do Departamento de Estado feito alguns anos atrás?

Portanto, dissipar, superar essas dúvidas, essa desinformação de alguns é absolutamente fundamental para que nós possamos, Presidente Eduardo, ter esse acordo consagrado pelo Congresso Nacional. É um acordo, repito, que tem mérito de todos os Governos que por aqui passaram, inclusive do atual, mas ele não é propriedade de quem quer que seja. Ele é, na verdade, um trabalho de mais de 20 anos de técnicos das diversas áreas do Governo brasileiro e de altíssimo interesse para o futuro do Brasil, do Maranhão e, obviamente, de um mercado absolutamente novo e competitivo que pode trazer muitos benefícios ao País.

Encerro dizendo apenas, Presidente Eduardo, que eu temo que, se essa discussão ficar restrita apenas, nesse instante, a esta Comissão ou a uma segunda Comissão, sejamos levados a repetir os equívocos do passado. Fica aqui essa contribuição de alguém que já se posicionou há 20 anos favoravelmente a esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Deputado Aécio.

Na sequência, está inscrito o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Acredito que não se encontra. Está ausente.

O próximo na lista de inscrição é o Deputado David Soares. *(Pausa.)*

S.Exa. também não está presente.

O Deputado Paulão tem a palavra.

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o autor do requerimento, que é o Deputado Rubens Bueno, e todos os expositores, representados pelo Brigadeiro Baptista.

O discurso feito pelo Deputado Aécio é nessa linha. Percebemos que alguns colegas Parlamentares, quando abriram o discurso aqui, deram ênfase — entre aspas — à *"necessidade de recuperar o tempo perdido para ganhar dinheiro"*. Isso é muito raso. Não estamos discutindo aqui o programa do Silvio Santos *Topa Tudo Por Dinheiro*.



Na realidade, qualquer projeto estratégico é polêmico. Eu cito como exemplo um projeto no Nordeste em que aquela região ficou dividida, que foi a transposição do Rio São Francisco. Existe uma realidade da Bahia até Sergipe, com uma posição até Alagoas, e acima de Pernambuco também. Depois, a questão foi compreendida. É natural fazer o debate, mas ele não pode ser *ad aeternum*, claro.

Agora, é preciso destacar também, como foi dito aqui pelos que me antecederam, que esse impedimento ocorreu no ano 2000, e que não ocorreu no Governo do Partido dos Trabalhadores. Senão, fica uma discussão ideológica rasa, de novo. Na realidade, foi no Governo do Fernando Henrique Cardoso, como foi relatado aqui pelo ex-Presidente da Câmara. Por uma série de razões, talvez pela falta de esclarecimentos, ele terminou sendo mal compreendido. É importante fazer esse debate.

É preciso discutir tecnologia. Aí, eu faria uma pergunta especificamente para o Brigadeiro. No acordo de tecnologia quase todo, principalmente na área comercial, seja militar, seja civil, existe uma relação entre as partes. Neste acordo, pelo contrário, a tecnologia é unilateral. Vou deixar essa pergunta para o Brigadeiro. Ela fica exclusivamente para os Estados Unidos. Será que poderemos avançar? Eu acho que esse é um dos gargalos questionados nesta Casa.

A outra questão é que acordos de salvaguarda já ocorreram entre a Rússia e os Estados Unidos, e eles foram bilaterais. Com o Brasil, ele está sendo unilateral. Por que há diferença? É claro que sabemos o poder, a potência daqueles dois países.

Tenho outra pergunta. Os Estados Unidos há muito tempo têm um grande questionamento em relação ao projeto do veículo lançador de satélites. Foi explicado por V.Sa. em relação ao limite que existe. Mas tem importância estratégica para a soberania nacional o programa veículo lançador de satélites. Por que os Estados Unidos são contra, independente do acordo de Alcântara?

Eu queria falar por último da preocupação levantada sobre o Orçamento da União. No ano passado, o Orçamento era de 300 milhões, e hoje ele está sendo de 150 milhões. O corte foi feito agora neste Governo. Não foi no Governo anterior, foi neste Governo, agora. Então, se queremos discutir se é importante ou não essa estratégia, ela está ligada à parte orçamentária. Por mais que se discuta se é favorável não, Deputado Glauber, se não houver dotação orçamentária... Então, é prioridade do Governo ou é para inglês ver somente?



É importante esse debate, porque ele esclarece. Claro, não está discutido aqui o item sobre a parte militar e industrial e sobre a parte dos quilombolas também, que está sendo equacionada. Eu tenho certeza de que não há nenhum óbice da parte do Parlamento.

Deputado Hildo, eu sou de Alagoas, mas não vejo nenhum preconceito em relação ao Maranhão. É necessário ter muito carinho, muito cuidado, para fazer um acordo que tem um processo de médio e longo prazo, principalmente dando a salvaguarda tecnológica, mas principalmente a salvaguarda dos povos originários, que estão presentes no entorno e que estão sendo bem tratados. Não podemos deixar nenhuma brecha para isso.

Eu acredito que o debate é sempre positivo, porque contribui para clarear a posição dos vários Parlamentares. Ninguém é dono da verdade.

Presidente, encerro defendendo um pensamento peruano, que é inclusive uma pichação peruana: "*Quando eu pensei que sabia as respostas, mudaram as perguntas*". Infelizmente, alguns no começo aqui acharam que o tempo só nos fez perder dinheiro, mas isso não é um programa do Silvio Santos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito.

Concederei a palavra ao Deputado General Peternelli e, na sequência, finalizando essa rodada e as considerações dos Deputados, ao Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança e ao Deputado Carlos Zarattini.

Tem a palavra o Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Deputado Eduardo Bolsonaro, Brigadeiro Baptista, Presidente Carlos Moura, Benhur Viana, Andreia e Julio, eu conjugo minha motivação com a que foi expressa nos comentários do Paulão: nós estamos prontos para assinar esse assunto, que está amadurecido, como quer o Deputado Aécio.

Os maranhenses podem estar tranquilos. Logicamente, como paulista que sempre encarou e absorveu as grandes causas brasileiras, não posso ficar afastado desse foco. Eu digo sempre que a cidade de maior número de nordestinos é São Paulo, com muito orgulho.

Então, no que se refere ao Orçamento, Deputado Paulão, é bom lembrar que depende de nós, Deputados, alterá-lo naquilo que julgamos oportuno. Está aí, talvez, uma boa oportunidade de aperfeiçoamento.



Parabenizo a todos por estarem conduzindo os trabalhos com esse aspecto tão positivo, que eu vejo, para assinatura desse acordo de salvaguarda, que simplesmente vai começar a permitir que se estabeleçam contatos para os acordos comerciais. Isso é muito positivo. Quanto mais nós pudermos colaborar para isso, melhor para o Estado do Maranhão, até porque a universidade já está lá com o curso específico. Daqui a pouco haverá as pessoas formadas e não vão poder atuar nessa área tão importante para o nosso País e para todo o Nordeste.

Muito obrigado.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PL - BA) - Agora vamos ouvir nosso príncipe, o Deputado Luiz Philippe de Bragança.

Mas antes me permita, ilustre Deputado, aproveitar esta oportunidade para colocar a minha posição em relação a esse acordo, do qual eu fui Relator, como disse aqui o Deputado Aécio Neves, na Comissão de Ciência e Tecnologia no Governo Fernando Henrique Cardoso. Fomos pela aprovação. O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão e seguiu depois para a Comissão de Constituição e Justiça.

Devo dizer que esse projeto, esse acordo, não é interessante só para o Maranhão, ele é interessante para o País, para o Brasil. Nós não estamos aqui discutindo essa particularidade do interesse do Maranhão. O Maranhão recebeu essa dádiva de estar localizado geograficamente onde esse projeto realmente se encaixa, do ponto de vista técnico.

Portanto acho que todos nós temos uma obrigação com o nosso País. As questões que envolvem o Centro de Lançamento de Alcântara, que já é um centro consolidado... Os quilombolas estão sendo tratados como devem ser tratados: com todo o respeito, não só pelo Governo do Maranhão como também pelo Governo Federal.

A tecnologia que o Brasil busca com os Estados Unidos nessa questão é de suma importância para o País. Então eu vejo aqui que todos nós devemos abraçar essa questão, uma questão nacional, de país, e não só uma questão do Estado do Maranhão, assim como todos os outros investimentos na área, como é o caso do reator atômico, do submarino e de todos os outros empreendimentos, do ponto de vista de Estado, que são discutidos em todo o País.

Desculpem-me por ter tomado esse tempo.

Tem a palavra nosso príncipe, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança.



O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PSL - SP) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu cederia o meu tempo tranquilamente a V.Exa., porque acho que faz jus e honra essa posição e tudo que está relacionado a esse tema também.

Queria também aproveitar e parabenizar a todos que estão aqui presentes respondendo a essas perguntas. Sei que não é a primeira vez. Isso requer uma certa paciência. O processo democrático é muito mais lento, e é necessário repetição e muita paciência para repetir dados que já foram amplamente discutidos numa reunião inicial e que estão mais uma vez sendo ressuscitados aqui. Então, parabenizo a todos vocês pela paciência, pela honradez, apresentando os dados em todas as suas medidas.

A minha questão é muito pontual. Surpreendeu-me aqui, numa série de questões que eu já tinha colocado até como ofício, que a base é operante, que de fato existem lançamentos de foguetes anuais ocorrendo. Em 2018, se não me engano, foram feitos seis lançamentos. Até, mais uma vez, parabenizo por esclarecerem ainda mais para quem está assistindo a esta audiência que o Acordo de Salvaguarda é o que possibilita a ampliação de lançamentos e a ampliação comercial do uso da base. Isso está bem claro para esta Comissão e está bem claro para quem está assistindo. Quem ainda não entende isso ou quer rever ainda esse tema é bom rever as primeiras reuniões que tivemos sobre esse tema para identificar o contexto desse acordo. Até agradeço o fato de estarem expondo questões financeiras e questões operacionais, porque isso não é da natureza do acordo. O acordo é simplesmente um acordo de salvaguarda.

Já que entramos tratando da questão de viabilidade financeira, algumas questões interessantes foram levantadas aqui por muitos Deputados da Oposição. Uma me chama a curiosidade, e acho que não foi respondida no trâmite desta audiência. Eu só queria entendê-la. Sei que o senhor não queria vincular a sua expectativa a algo oficial e entendo que isso é um rigor, para não gerar um impacto político futuro. Mas, como eu era analista financeiro, adorava fazer expectativas, previsões e contas de padeiro para identificar a viabilidade de investimentos, entendo que há um custo operacional anual. É bom reavaliar ou ao menos reafirmar esse custo anual, quanto ele é *stand-alone*, ou seja, sem os lançamentos comerciais. E, em havendo um acordo de salvaguarda aprovado, quantos foguetes podemos lançar para equilibrar esse custo?

Muito obrigado a todos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Na sequência, o último orador inscrito é o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

O Deputado não se encontra. Está ausente.

Vou passar, mais uma vez da direita para a esquerda, para as considerações finais e também para as respostas às perguntas dos Parlamentares. O total é de 10 minutos, mas eu vou conceder mais 1 minuto de tolerância para a conclusão.

Começo concedendo a palavra ao Diretor Julio Hideo Shidara.

O SR. JULIO HIDEO SHIDARA - Obrigado, Deputado Bolsonaro.

Mais uma vez, não houve nenhum questionamento diretamente endereçado à área de atuação da AIAB. Mas, novamente, como forma de trazer uma contribuição para um debate tão relevante, eu vou focar, nas considerações finais, com a permissão deles, nas falas do Deputado Pedro Lucas e do Deputado Aécio Neves, que citaram que o Acordo de Salvaguardas vem a favor do Brasil. Foi isso que o senhor citou, não é Deputado Pedro? Da mesma forma, o Deputado Aécio Neves citou que o programa tem que ser de Estado, deixando questões ideológicas de lado, porque ele é a favor do Brasil.

Sem querer ser repetitivo, eu volto à questão levantada pelo Engenheiro Carlos Moura, Presidente da Agência Espacial Brasileira. Nós estamos diante de uma janela de oportunidade, senhores. Eu projetei uma figura que mostra como os países se encontram no que diz respeito a capacidades de lançamento, e o Brasil não está lá, nem sequer para satélites de baixa órbita. Nós estamos atrás nessa corrida. Eu entendo como legítimos todos os questionamentos. Esse debate, como foi citado aqui, é necessário realmente. Mas que tenhamos discernimento, maturidade e equilíbrio para tomar a decisão no tempo certo. Quem está atrasado tem que empreender ações com velocidade, gastar menos tempo do que os que estão lá na vanguarda gastaram nas suas épocas. Então, que haja esse equilíbrio para nós podermos realmente recuperar o espaço perdido e chegar aonde nós queremos.

Em diversas oportunidades na minha vida profissional, eu ouvi dizer que o brasileiro tem a síndrome do vira-lata, que ele não se sente capaz. Senhores, nós temos dentro da nossa própria casa um exemplo de êxito. Quem é que, nas décadas de 40 e de 50, quando foram plantadas as sementes da indústria aeronáutica, poderia imaginar que, em algumas décadas, teríamos a



terceira maior indústria aeronáutica do planeta? Então, como uma fala final da minha apresentação, eu citei esse sucesso que o Brasil conquistou com a sua competência.

Deixo aqui meus cumprimentos à Força Aérea Brasileira, que sempre praticou, no seu âmbito, no âmbito da Aeronáutica, uma política de Estado, não a política de um ministro da Aeronáutica, de um comandante da Aeronáutica, mais recentemente. Ela conseguiu, em tempo de vacas magras, em tempo de dificuldades, sacrificando, inclusive, outras necessidades da força da época, priorizar, investir, e o resultado está claro para quem quiser ver.

Então, fica essa mensagem de que nós podemos, sim, surpreender muito *player* no cenário internacional caso nós consigamos unir as forças para tocar adiante esse programa espacial brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, diretor.

Na sequência, tem a palavra o Brigadeiro Baptista.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR - Obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Eu queria resgatar algumas considerações do Deputado Glauber Braga.

Infelizmente, nós não temos tempo aqui, e eu sei que os senhores já se aprofundaram. Eu me coloco novamente à disposição para discutir qualquer cláusula, mas eu queria ler apenas uma que diz o seguinte: *"Entretanto, nada neste Acordo restringirá a autoridade do Governo da República Federativa do Brasil para tomar qualquer ação com respeito ao licenciamento, em conformidade com as leis, regulamentos e políticas da República Federativa do Brasil"*. Talvez este seja o trecho do artigo 3º que sintetiza o que nós quisemos garantir do cumprimento das nossas leis. O senhor citou algumas da aduana, de polícia, de acesso e há outras de acidente.

Nós já demos este exemplo aqui. Quando nós alugamos o Interlagos para uma Fórmula 1, é feito lá dentro um acordo de salvaguardas. No box da Ferrari, durante aquele período, só se entra com a autorização da Ferrari, como medida de salvaguarda da tecnologia que aquela equipe desenvolveu. Isso acontece com a McLaren, isso acontece com a Mercedes, ou seja, aquela área tem controles submetidos, não como perda de soberania, mas, sim, como autonomia durante um determinado período, para que toda a tecnologia desenvolvida por



aquela escuderia não seja acessada por seu concorrente. Então, eu acho que essa é uma comparação bastante interessante.

Sobre outros exemplos, sim, nós temos, inclusive com os Estados Unidos. O que acontece toda vez que fazemos um acordo comercial com um país nessa área de alta tecnologia, e eu cito para o senhor aqui o desenvolvimento do A-Darter com a África do Sul, é que, no nosso escritório lá na África do Sul, não entra qualquer estrangeiro, nem sul-africano, sem autorização brasileira. Nós temos um escritório dentro da empresa Airbus, em Sevilha, e não entra espanhol no nosso escritório. Nós temos o projeto H-XBR e temos escritório lá em Marianne, na França. Aquela área, sim, é controle brasileiro do grupo de acompanhamento e controle nosso. Isso é feito em diversos contratos comerciais como medida de salvaguarda à tecnologia e aos segredos dentro daquela relação comercial. E, sim, nós tivemos isso com os americanos. Um bom exemplo é o acordo que temos com o Foreign Military Sales, em Dayton. Isso acontece. Durante o programa SIVAM com o SIPAM, isso aconteceu em diversas sedes das empresas que estavam envolvidas. Isso é normal numa relação como essa, de alta tecnologia.

Muito obrigado aos demais Parlamentares que colocaram as suas experiências.

Deputado Aécio Neves, a sua experiência é valorosa para essa tramitação aqui. Nós vamos conseguir a aprovação disso em nome do nosso Estado.

Deputado Paulão, muito obrigado novamente por mais essa oportunidade. Não se trata de um programa apenas por dinheiro. O dinheiro pode ser o oxigênio para desenvolvermos a nossa tecnologia. É feito de forma unilateral com os Estados Unidos, porque não há tecnologia que tenhamos desenvolvido que seja do interesse deles. Se um dia tivermos essa tecnologia, certamente exigiremos as salvaguardas para os nossos licenciados.

Sim, o senhor tem razão. O senhor sabe que eu tenho acompanhado o problema dos quilombolas, dos ocupantes da península de Alcântara. Nós estamos dentro de grupos do CDPEB, um comitê que está estudando o desenvolvimento do programa espacial, endereçando todas as questões. Nós estamos chamando de salvaguardas sociais, para que não seja apenas a tecnologia e apenas o foguete.

Vou encerrar minha fala. O Deputado Eduardo Bolsonaro sempre me chama a atenção, porque não estamos acostumados a olhar para aquele cronômetro ali. Mas eu queria novamente agradecer pela possibilidade de estar aqui, colhendo a percepção de cada um dos senhores,



nessa troca de experiências, troca de interpretações. Esse é um acordo assinado por três Ministros, o qual vem sendo discutido desde o Governo Temer, nos últimos 2 anos e meio, e está sendo aperfeiçoado. O programa espacial é algo complexo, mas o acordo de salvaguardas não precisa ser.

O acordo de salvaguardas é alguma coisa simples, que vai nos abrir as portas para a parte comercial, para a exploração comercial. E, como disse o Julio Shidara, o Ministério da Defesa e a Força Aérea Brasileira são pioneiros dentro do País nas transferências de tecnologia. Ele trabalhou no programa AMX entre a década de 80 e a década de 90. Muito do que foi e do que é a nossa indústria aeronáutica no Brasil é fruto de parcerias. O programa AMX, por exemplo, foi feito em parceria com a Itália. Os militares são pioneiros em exigir de nossos parceiros comerciais essa transferência de tecnologia. Então, não será só para alugarmos um centro de lançamento para trazer recursos para o Tesouro. Será para trazermos inteligência, para agregarmos valor aos nossos produtos.

Lá atrás nós fomos o país do futuro no processo de industrialização; fomos o país do futuro no processo da expansão agrícola, da fronteira agrícola. Nós temos mais uma oportunidade de ganhar o futuro, agora dentro da área espacial. O futuro vai passar e já está passando pelo espaço, numa transação bancária que vem do GPS, na telemedicina, nas cidades inteligentes, na agricultura de precisão, nas comunicações. Nós estamos falando do espaço sem nos darmos conta disso.

Esse acordo é apenas o primeiro passo para que nós possamos queimar etapas nessa nossa evolução, porque nós estamos fazendo um acordo que vai nos garantir a utilização, o acesso a 80% de toda a tecnologia. E nós vamos fazer isso garantindo a nossa soberania, respeitando as nossas leis e em prol do nosso povo.

A partir dessa aprovação — esse é só o primeiro passo —, nós temos muito trabalho a fazer, nós temos que mobilizar o Estado. O Estado tem que ir ao Maranhão, o Estado brasileiro, de forma geral, em todas as suas esferas, tem que chegar àquela Península de Alcântara, sim, com saúde, com educação, com a parte social, além de diversos outros lugares do nosso País.

Tenho certeza de que essa parceria nossa, do Estado brasileiro, esse apoio que nós todos... Deputado Chinaglia, eu vou ficar muito contente no dia em que olhar aquele painel de votação e comprovar que se trata de uma decisão do Estado brasileiro e não de um partido ou de outro.



V.Exa. sabe disso. Eu prezo muito pelo seu voto e do Partido dos Trabalhadores, assim como de toda a bancada do Maranhão, para que nós possamos dar o exemplo do que é um projeto de Estado. Eu não estaria aqui me expondo a falar isso se eu não tivesse certeza de que nós estamos diante de uma grande oportunidade para o nosso País.

Muito obrigado a todos. Continuo à disposição para qualquer discussão sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Na sequência, para suas considerações, concedo a palavra ao Sr. Carlos Moura, Presidente da Agência Espacial Brasileira — AEB.

O SR. CARLOS MOURA - Obrigado, Deputado. Obrigado, Srs. Deputados que chegaram depois e nos abrihantaram com suas perguntas e seus esclarecimentos.

Com respeito à manifestação do Deputado Paulão, S.Exa. questionou os valores e a preocupação dos Estados Unidos com os nossos lançadores. Eu pegaria carona numa informação que o Deputado Coronel Armando apresentou sobre o PROANTAR. O Brasil tomou uma decisão estratégica tempos atrás de fincar uma estação de pesquisa, por meio do PROANTAR, justamente para não só conhecer os impactos em nosso meio ambiente, em nossos mares, mas também para que possamos decidir sobre o futuro daquele continente. É na questão espacial é a mesma coisa. Enquanto não nos tornarmos uma país realmente lançador, estaremos num degrau abaixo das nações que decidem sobre o que acontece no mundo.

Então, de certa forma, eu diria que colocar Alcântara para lançar satélites, de preferência também com os lançadores nossos, é equivalente ao que faz o PROANTAR. É colocar o Brasil no plano de decisões sobre o que vai acontecer com o futuro do espaço. É claro que existe por trás disso toda uma disputa geopolítica, mas nós vamos galgar esse degrau. Nós já temos uma infraestrutura muito boa de solo, temos um centro de lançamento, coisa que poucos países têm. Nós temos capacidade de produzir satélites, temos capacidade em trabalhar com as aplicações dos satélites, mas ainda temos um gargalo de lançar satélites por meios próprios.

Então, o Programa Espacial Brasileiro prevê que nós vamos alcançar essa autonomia. Não precisamos começar com um foguete de 200 toneladas, 400 toneladas. Nós vamos desenvolver o nosso veículo lançador de pequenos satélites e vamos passar para um patamar superior.

Resumindo a nossa manifestação. O que nós buscamos é a sustentabilidade. Deputado, V.Exa. falou da questão de custos. É exatamente isso. Nós já sabemos quanto custa o centro.



Podíamos fazer, como V.Exa. disse, uma conta de padeiro. Se eu cobrar 5 milhões para cada lançamento, eu cubro o valor despendido pela Aeronáutica, mas a AEB coloca no mínimo 20 milhões por ano, e esse valor não é suficiente. Então, realmente, precisamos cobrir os custos, precisamos tornar o centro mais moderno e mais eficiente, mas essas são coisas que terão que ser abordados depois, projeto a projeto.

Mais do que a questão orçamentária, Deputado, preocupa-me a sustentabilidade da nossa indústria, que hoje está muito focada em São José dos Campos e em algumas localidades no Sul. Existe também a sustentabilidade do nosso pessoal. Como eu disse aqui, a equipe pioneira do CLA foi contratado em 1984. Então, esse pessoal já tem 35 anos de trabalho. As mulheres já completaram tempo para ir para casa. Os homens estão pagando aquele pedágio. E como nós iremos substituí-los? Nós temos oito universidades com cursos de engenharia aeroespacial. Onde esses rapazes e essas moças irão trabalhar? Então, essa realmente é uma questão que nos preocupa muito. Existe demanda. Está faltando juntar as pontas.

O Programa Espacial Brasileiro é público. Nós estamos discutindo exatamente neste ano como serão os próximos 10 anos, como será o PPA. Então, todas as questões que envolvem o nosso programa autônomo estão sendo abordadas.

Eu diria que essa questão da conscientização, tão bem abordada pelo Julio Shidara, vem acontecendo. Uma das linhas de trabalho da Agência Espacial Brasileira é justamente despertar vocações. Quando promovemos as nossas atividades — pode ser aqui num *shopping* em Brasília, como aconteceu alguns meses atrás, ou quando acontece na SBPC, por exemplo —, nós vemos o brilho nos olhos das crianças quando são envolvidas em atividades lúdicas. Então, nós estamos com uma série de atividades para fazer inclusive em Alcântara, em Natal, em São José, pelo Brasil todo. Eu tenho certeza de que a Ana, que eu conheci em Campo Grande, quando brilhou os olhos trabalhando com as coisas, quando abraçou o astronauta, quando pegou autógrafa... A Ana lá de Alcântara, a filha da Flaviane, também a mesma coisa. Então, nós temos vocação para o espaço. Aqui tem espaço, e nós vamos brigar por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Obrigado, Presidente Carlos Moura.

Na sequência, então, fará uso da palavra o Sr. Benhur Viana, representante do MRE.

O SR. BENHUR VIANA - Presidente, obrigado pelo tempo.



Bom, nestas considerações finais, eu recorro a uma observação do Deputado Aécio Neves, que se trata de uma questão de Estado. Eu acho que essa observação se complementa também com a observação do Deputado Paulão, que aqui não se trata de uma questão de dinheiro, embora os recursos auferidos sejam algo positivo.

Essa questão de Estado é reforçada pelo histórico do tema. Enfim, temos um acordo assinado em 2000, que tramitou aqui na Casa.

Em 2004, o então Presidente promulgou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com a Ucrânia. Nós temos uma segunda administração. O chanceler assinou o Acordo-Quadro entre o Governo brasileiro e os Estados Unidos da América sobre cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior, firmado em 2011. O art. 9º desse acordo disciplina a proteção aos direitos de propriedade intelectual. No art. 11 está prevista a transferência de informações e de propriedade intelectual como resultado dessa cooperação.

Na Exposição de Motivos Interministerial, assinada, salvo engano, em 2012 ou em 2013, pelos três Ministérios coautores do AST — Itamaraty, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Ministério da Defesa —, foi encaminhada à Presidência da República a sugestão de envio do texto desse acordo ao Congresso Nacional para sua avaliação à luz dos debates aqui nesta Casa para renegociação com os Estados Unidos da América, fato que se concretizou em 2016. Depois do exercício interno do Governo brasileiro, iniciaram-se as tratativas com o Governo dos Estados Unidos em 2017. E agora, na atual administração, tivemos a assinatura do acordo.

Então, nós temos aqui cinco Presidentes, cujas administrações entenderam a importância da existência do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que propicia o desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara. E a questão mais geral é que todo programa espacial brasileiro é uma questão de Estado e não uma questão exclusivamente financeira para o País.

O Itamaraty está aberto para prestar os esclarecimentos necessários aos Srs. Deputados. Salvo engano, 13 requerimentos de informação já foram respondidos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e também pelos Ministros de outros Ministérios coautores: o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Eu acho que é possível a aprovação do acordo, que vai nos trazer muita satisfação e, no nosso entender, será muito proveitoso para o Brasil. A meu ver, isso permitiria o nosso retorno à



Comissão com outros acordos, passando para o *step 2*, ou seja, passo 2, para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, talvez um pouco na linha do que disse a Deputada Perpétua Almeida sobre cooperação na área espacial com outros países e não somente com os Estados Unidos. É o passo 1, tendo em vista que, de fato, os Estados Unidos detêm 80% da tecnologia das patentes que são de empresas americanas. Por isso, a importância desse acordo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito, Sr. Benhur.

Por último, passo a palavra para a Sra. Andreia Rocha Bello de Oliveira, Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU.

A SRA. ANDREIA ROCHA BELLO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer novamente a V.Exa. a oportunidade concedida ao TCU de participar desta audiência pública e parabenizar a Câmara dos Deputados por essa iniciativa tão relevante.

Coloco-me também à disposição de V.Exas. para o que for necessário. É apenas isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bolsonaro. PSL - SP) - Perfeito.

Eu acredito que esta audiência pública tenha sido proveitosa. Lembro que estão disponíveis, através do acervo de vídeos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os temas aqui discutidos. Isso aqui faz parte de uma audiência pública levada a bom termo, para que fossem traçados aqui os maiores esclarecimentos aos Parlamentares. O Deputado Aécio fez parte dessa costura, que eu acho muito proveitosa e que realmente serve para distensionar o clima quando esse acordo, se Deus quiser, chegar ao plenário. E certamente os debates seguirão ocorrendo aqui na Casa.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, agradecendo a presença dos convidados, dos Srs. Parlamentares e dos demais presentes.

Está encerrada a reunião.